



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Elákcio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se início à apreciação e debate conjuntos, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 32 e 33/XI/7.ª/21 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2022, após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Bom Jesus.

No debate, intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Engrácio

Graça), que responderam às questões, os Srs. Deputados Américo Ramos (ADI), José António Miguel (ADI), Osvaldo Vaz (MLSTP/PSD), Bilaine Ceita (ADI), Celmira Sacramento (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Esmaiel Espírito Santo (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) e Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 23 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Álvaro João **Santiago**
Américo d'Oliveira **Ramos**
André Varela Ramos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida **Sacramento** dos S. L
Esmaiel da Glória do **Espírito Santo**
Hélder **Paquete** Lima
Ivo **Mendonça** da Costa
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José **António** do Sacramento **Miguel**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Orlando Borges **da Mata**
Paulo Jorge **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre Moreno **Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos Reis **Vaz**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Ayza Fortes **da Silva**
Cristina Maria **Dias**
Danilo das Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Ester Tomé **Will**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Izalde Lopes do Sacramento **Rita**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José Rui Tavares Cardoso
Ketty-Keyla Neto da Silva Borges
Leonilda Maria Trovoada Pires do **Santos**
Maiquel Jackson do **Espírito Santo**
Maria das Neves Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis **Faleiro**

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Caros Técnicos: Gostaria de saudar o povo de São Tomé e Príncipe, em São Tomé e também na diáspora, e todos que estão a acompanhar os nossos trabalhos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, convidando os membros do Governo a ocuparem os seus lugares na Sala.

Enquanto isso, gostaria de informar às Sras. e Srs. Deputados sobre a minha situação de saúde. Portanto, sabem que estive ausente cerca de 2 semanas, não apenas em missão oficial de trabalho da Assembleia Geral da UIP, em Madrid, mas também aproveitei para fazer alguns exames em Portugal, em que se concluiu que padeço de uma hérnia discal. É uma enfermidade que padeço, mas que não é grave, razão pela qual estou aqui na Sala.

Julgo que é dever dos responsáveis do Estado comunicar à Nação quando está doente, o que tem, para saber se está ou não em condições de exercer a função que lhe é incumbida.

Pausa para a entrada dos membros do Governo.

Portanto, é esta a informação que gostaria de passar aos Srs. Deputados e também à Nação. Naturalmente que é uma doença, cujo tratamento é uma cirurgia. Ainda não a fiz, mas se agudizar terei que a fazer o mais breve possível.

Para sabermos, mais uma vez, pese embora já estarmos habituados a isso, qual é a tramitação processual do debate de hoje, peço ao Sr. Secretário da Mesa para anunciar e elucidar às Sras. e aos Srs. Deputados e também às pessoas que nos estão a seguir sobre os processos e as normas que devem ser respeitadas nesta sessão parlamentar, que tem como ponto único a análise na generalidade do Orçamento Geral do Estado (OGE) e as Grandes Opções do Plano (GOP). Portanto, estamos a referir-nos às Propostas de Lei sobre o OGE e as GOP.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia Nacional, bom dia.

Ao nível da Conferência, fixou-se as datas de 13 e 14 de Dezembro para o início da discussão do OGE e das GOP para o Ano Económico 2022, mas antes a Mesa, através da Conferência de Líderes, já tinha aprovado um plano até Dezembro que fixava os dias 14 e 15 para a discussão, na generalidade, do OGE. Após a aprovação desse plano, a Mesa recebeu um pedido do Governo para a alteração desta data, tendo este proposto os dias 22 e 23 deste mês.

Fomos obrigados a ter uma reunião da Mesa da Assembleia, presidida pelo Vice-Presidente, Levy Nazaré, para em conjunto analisarmos esta proposta do Governo, tendo chegado a uma conclusão, antecipar a discussão para os dias 13 e 14, que é hoje.

É neste sentido que reunimos a Conferência de Líderes no dia 8, que aprovou a alteração da data da discussão do Orçamento.

Neste sentido, com a permissão de Sua Excelência o Presidente a Assembleia Nacional, passo a proceder à leitura dos artigos 209.º e 210.º, que regula a análise e discussão do OGE neste capítulo da generalidade.

«Artigo 209.º, debate na generalidade.

1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.º.

2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

4. Durante o debate as reuniões não têm período de antes da ordem do dia.

Artigo 210.º, votação na generalidade.

No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado».

São esses artigos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que regulam a apreciação e o debate na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tal como foi referenciado no ponto quatro do artigo 209.º, nesta sessão, subordinada tão-somente à discussão do OGE e das GOP, não tem período de antes da ordem do dia. Neste caso, não há declarações políticas, nem tão pouco intervenções sobre assuntos de interesse relevante.

De acordo com o ponto 2 deste mesmo artigo, o debate inicia-se e encerra-se com a intervenção do Governo. Daí que gostaria, antes de mais, de cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, os Srs. Ministros e os Secretários de Estado, e convidá-lo, de imediato, para fazer a sua intervenção, de acordo com o número 2 do artigo 209.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem indicar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Excelentíssimo Presidente da Assembleia Nacional, Srs. e Srs. Deputados da augusta Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Povo de São Tomé e Príncipe, as minhas cordiais saudações a todos e a cada um, em particular, e votos de um Dezembro festivo em paz e sossego. «*A ká flá kuma fela di bé sa tlêxi vê, maji nai Parlamento plesenta Orçamento sá quatlu vê, floli kanidu.*»

É um prazer, um privilégio e uma honra estar aqui diante de vós pela quarta vez consecutiva, Sras. e Srs. Deputados, com toda humildade, capacidade de resiliência, espírito de responsabilidade democrática, que sempre caracterizaram este XVII Governo Constitucional, no sentido de proceder à apresentação do OGE e das GOP de 2022, dois documentos estratégicos do acto de governação, para serem submetidos ao crivo crítico do escrutínio político desta Casa da democracia. Não pretendo rigorosamente cansar-vos com uma narrativa de 3 anos económicos, com todos os contornos melodramáticos, macro-económicos e políticos, que caracterizaram este percurso governativo, sem precedente, regido pelo manto sombrio da crise sanitária, social e económica da Pandemia Covid-19, que já ceifou cerca de 5 milhões de vidas prematuramente pelo mundo fora.

O Programa do Governo, aprovado pela maioria MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD, assenta em quatro pilares:

1. Reforço dos pilares do Estado de Direito Democrático, da justiça, da coesão social e da identidade nacional;

2. Crescimento económico robusto para a criação do emprego digno para a juventude, numa perspectiva de redução da pobreza crónica;

3. Melhoria dos serviços sociais de base: saúde, educação, protecção social, numa perspectiva de valorização do homem e da mulher são-tomense, portanto, investimento no capital humano, o mais valioso património de São Tomé e Príncipe; e

4. Uma diplomacia económica, com vista à atracção de investimento directo estrangeiro.

Todavia, importa refrescar as memórias esquecidas sobre os primórdios desta governação, relativamente ao pesado legado macro-económico e sócio-económico, anterior a 3 de Dezembro de 2018, marco da entrada em funções do XVII Governo legítimo. Importa pontuar alguns aspectos. Na altura, herdamos uma taxa de pobreza de 66.6%. Importa aqui salientar que qualquer são-tomense que se preze deve assumir essa condição de pobreza naturalmente com dignidade, para poder agir no sentido da inversão desta situação, desta dura realidade e criar bem-estar e prosperidade para todos. Não se pode pretender ser dirigente rico ou ter atitude de rico num país pobre.

Na altura, dizíamos que o PIB herdado em 2018 situava em 2.7%, inferior ao registo de 2017, de 3.9%. Ainda em 2018, o défice primário era de menos 2.5%, enquanto as reservas líquidas internacionais eram inferiores a 3 meses de importação, aproximadamente 2.7%. A inflação terminou o ano em 9%, superior a 7.7%, em 2017.

Não nos esquecemos da energia eléctrica, uma produção energética inferior a 10 megawatts. Com a carência de combustível, a Sonangol passou a fornecer 1/3 de combustível e todo resto a pronto pagamento. Naturalmente que a cobertura cambial se ressentiu e a erosão consequentemente das reservas líquidas externas.

O pagamento de salários, com recurso a bancos comerciais, era preciso inverter essa tendência.

As empresas nacionais à beira da falência, o rol seria muito mais longo.

Importa assinalar que foi produzido um documento sobre o Estado da Nação, ainda em Dezembro. Um documento que enfatizou as fragilidades crónicas estruturais do nosso país.

Passo a pontuar alguns aspectos: uma estrutura económica totalmente dependente do exterior e ainda baseada no sector primário; uma balança de pagamento cronicamente deficitária; um nível de endividamento externo crescente, não obstante o perdão da dívida, que ocorreu em 2007; infra-estruturas sociais e produtivas incipientes, com um elevado nível de ociosidade; tecido empresarial embrionário e com fraca capacidade de geração de emprego, entre outros.

Em 2019, com uma execução orçamental de 8 meses e assinatura do programa trienal, com o FMI, em Outubro do mesmo ano, pretendia-se o virar de página na expectativa de 1 ano novo, com novas perspectivas de desenvolvimento, para o País. Enfim!

Eis o advento de 2020, marcado pela pandemia, pela crise sanitária da Covid-19, que abalou as melhores estruturas sanitárias mundiais, semeou pânico e caos na economia, aumentou os índices de pobreza e de extrema pobreza.

Em São Tomé e Príncipe, o sector turístico e hoteleiro, os agentes culturais, os transportes aéreos e marítimos foram severamente fustigados. Valeu a solidariedade e generosidade internacionais, na mitigação do impacto social e na aquisição preventiva das vacinas. Deve ser digno de realce o esforço do Governo, para terminar o ano de 2020, com um crescimento do PIB de 3.1%, contrariando a previsão negativa do FMI de menos 6%.

De igual modo, 2021 também foi refém da pandemia Covid-19, com sucessivas vagas por mutação do vírus e défice de produção e distribuição desigual das vacinas, mormente ao nível do continente africano.

Este ano de 2021 vai terminar com os seguintes indicadores macro-económicos esperados: um PIB de 2.3%, uma inflação de 8.4% e compreenderão que a pressão dos preços ao nível internacional tem reflexos em São Tomé e Príncipe.

O preço do petróleo e do crude, os preços da energia, dos cereais, do aço, entre outros, tem impacto directo num país que importa tudo e exporta quase nada.

Um défice de saldo primário esperado em menos 3.8%, enquanto que, para 2022, projectamos os seguintes indicadores macro-económicos: um PIB de 2.8%, uma inflação de 7.5%, um défice do saldo primário igualmente de menos 2, 8%.

O Orçamento Geral do Estado para o ano de 2022 está cifrado em 3.871 milhões de dobras, equivalente a 158 milhões de euros, sendo financiado da seguinte forma: as receitas correntes 1. 772 milhões de dobras, os donativos 1. 643 milhões de dobras e o financiamento/empréstimo de 453 milhões de dobras.

Por conseguinte, importa realçar que 56.4% do OGE é consagrado as despesas de funcionamento, 38.3% para os investimentos, 5.3% para amortização das dívidas.

É preciso salientar também que as despesas por sector obedecem às seguintes prioridades: as infra-estruturas e obras públicas vão levar uma fatia de 22.2%, tendo em conta a necessidade de se continuar a infra-estruturar o País ao nível da água, da energia, das estradas, mas também de grandes projectos estruturantes.

A saúde, por conta do contexto pandémico, pelo facto das lições apreendidas, relativamente a este período dramático, que colocou a nu as já débeis estruturas sanitárias do nosso país, vai haver necessidade deste sector levar uma fatia de 16.4%.

A educação 12.9%, um sector transversal fundamental, com investimento no capital humano, seguir-se-á a agricultura com 11.9% e há toda uma necessidade de se continuar a investir nesse sector primário e também numa perspectiva de transformação, para se poder acrescentar valores, mas também numa perspectiva de auto-suficiência alimentar, quiçá, soberania alimentar e nutricional.

Cumprir informar que, da estrutura do financiamento do investimento público, 98.2% das despesas serão asseguradas pelos recursos externos, cabendo apenas 1.8% das despesas serem financiadas com os recursos internos, o que denota uma grande dependência externa do nosso país em termos de ajuda pública ao desenvolvimento.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSPT/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Feita a intervenção de abertura do debate, estão abertas as inscrições, para as Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir, mas antes temos a leitura do parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente. Neste caso, peço ao Presidente ou a quem este indicar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para fazer a apresentação do parecer da Comissão que tem a tutela da área económica e financeira.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Caros Técnicos e todos que estão presentes nesta Sala, bom dia.

Na qualidade do relator da 2.ª Comissão, gostaria de dizer que este parecer é extenso e foi elaborado por todos os Deputados que fazem parte desta Comissão, sendo 4 do ADI, 4 do MLSTP/PSD e 1 da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Passo à leitura do parecer, mas espero em caso de qualquer erro ou engano da minha parte, os Deputados da 2.ª Comissão possam alertar-me.

«1. Nota introdutória:

Ao abrigo das alíneas b) e f) do artigo 111.º da Constituição, o Governo elaborou e apresentou à Assembleia Nacional, observando os artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 03/2007 – Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), em 15 de Novembro de 2021, as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2022.

No cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia Nacional, o Presidente da Assembleia Nacional remeteu ambas as Propostas de Lei à 2.ª Comissão (Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública) e às restantes comissões especializadas permanentes, para efeitos de análise e parecer, nas respectivas áreas sectoriais.

A 2.ª Comissão, no âmbito da sua competência, reuniu nos dias 23 a 30 de Novembro e 01 a 10 de Dezembro do corrente ano, para analisar e elaborar o respectivo parecer sobre as Propostas de Lei acima referidas, na vertente económica e financeira.

2. Enquadramento legal.

2.1. Prazo de apresentação das propostas.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado (GOP e OGE) para 2022 foram apresentadas pelo Governo à Assembleia Nacional, no dia 15, e admitidas a 16 de Novembro de 2021, tendo assim decorridos 16 dias fora do prazo, contrariando os termos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009 – Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE).

Importa recordar que o artigo 25.º da Lei SAFE, alterada pela Lei n.º 12/2009, estipula que a Assembleia Nacional tem até 15 de Dezembro para proceder à aprovação das referidas Propostas das GOP e do OGE, desde que se cumpram os prazos fixados no artigo 24.º da Lei acima referida.»

Aqui é de salientar que o Governo justificou, através de uma nota enviada à Assembleia Nacional, as razões do não cumprimento do prazo estipulado na lei.

2.2. Estrutura formal das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE).

A estruturação das propostas das GOP e do OGE para 2022 assentam-se nos eixos do Programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente:

- i. Aprofundamento do Estado de Direito Democrático;
- ii. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
- iii. Melhoria da qualidade de saúde e protecção social; e
- iv. Política externa ao serviço do desenvolvimento.

Relativamente aos requisitos da estrutura formal das Propostas das GOP e do OGE para 2022, constata-se que, embora tivessem sido instruídos, com todos elementos necessários, conforme a alínea f) do n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 3/2007, Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), denota-se ausência dos orçamentos dos organismos com autonomia administrativa e financeira, nomeadamente o Instituto de Segurança Social (INSS), o Banco Central e o Instituto de Inovação e Comunicação (INIC), o que não facilitou a sua análise coerente.»

É de salientar que há 5, 10 minutos, foram entregues aos Deputados, aqui na Sala, o orçamento da Segurança Social, o que não permitirá a 2.ª Comissão analisar esse orçamento, tendo em conta o período da sua entrega.

«3. Avaliação e execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado do ano 2021:

3.1. Avaliação das Grandes Opções do Plano de 2021:

i. No primeiro eixo, aprofundamento do Estado Direito Democrático, as opções de políticas para a Reforma da Justiça previstas para 2021, sob liderança do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, centralizaram essencialmente na capacitação e formação de quadros nas diversas áreas, destacando-se a avaliação pericial médico-legal para os crimes perpetrados contra crianças e adolescentes «Abusos Sexuais de Menores», destinada aos médicos, enfermeiros e magistrados judiciais, aquisição de uma viatura celular para os Serviços Prisionais e Reinserção Social, dentre outras.

Para Defesa e Segurança, dentre as medidas de políticas previstas, foram realizadas acções que visaram o reforço das capacidades técnicas e operacionais, destacando a formação no âmbito dos primeiros socorros e de serviço de emergência, a reabilitação do Centro de Saúde Militar, das instalações do SINFO e o início das obras de construção do posto policial na Região Autónoma do Príncipe.

No domínio Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego, dentre as medidas de políticas previstas para o Ano Económico 2021, destacam-se as acções desenvolvidas nos domínios de Turismo, Cultura, Agricultura e Pescas, Finanças Públicas, Comércio e Indústria, Educação e Formação, Desporto, Energia, Água e Saneamento, dentre outras.»

Peço desculpas, vou beber um pouco de água.

Pausa.

«ii. Neste eixo, Melhoria da Qualidade de Saúde e Protecção Social, destacaram, para a saúde, as medidas de políticas desenvolvidas no âmbito da melhoria dos serviços de emergência de saúde, bem como da higiene colectiva e das condições de trabalho nos sectores diversos. Igualmente, no âmbito da Protecção Social, foram introduzidas medidas que visaram o reforço dos serviços de protecção social e o alargamento do projecto de protecção social para mais de 16 000 agregados familiares, dentre outras.

iii. Neste eixo, Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento, foram desenvolvidas acções visando melhorar a gestão de política de relações externas, destacando a ratificação do Acordo de Mobilidade na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), participação em eventos internacionais, dentre outras.

3.2. Balanço da Execução do OGE de 2021.

O Orçamento Geral do Estado para o ano 2021, aprovado pela Lei n.º 5/2021, de 5 de Fevereiro, previa receitas efectivas no valor de 3.335.311.000,00 (três mil milhões, trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e onze mil dobras), das quais as receitas correntes ascendiam a 1.710.358.000,00 (mil milhões, setecentos e dez milhões, trezentos e cinquenta e oito mil dobras).

As despesas efectivas haviam sido fixadas no valor de 3.472.029.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e setenta dois milhões e vinte nove mil dobras), das quais as despesas primárias foram fixadas no montante de 2.069.339.000,00 (dois mil milhões, sessenta nove milhões, trezentos e trinta nove mil dobras), o que permitiria chegar ao final do ano de 2021, com um défice global (base caixa) e primário doméstico de 320 milhões de dobras e 380 milhões de dobras (cerca de 3,3% e 3,9% do PIB), respectivamente.

No cômputo geral, as receitas correntes (excluindo petróleo) até Setembro de 2021 ascenderam a 1.176.444.000,00 (mil milhões, cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil dobras), o que corresponde a 68,9% do programado e mais 13,2% face ao arrecadado no mesmo período de 2020.

Por seu turno, as despesas primárias atingiram 1.371.078.000,00 (mil milhões trezentos e setenta e um milhões e setenta e oito mil dobras), o que corresponde a 66,3% do programado e menos 1,2% do executado em 2020.

Assim, o défice primário doméstico, em Setembro de 2021, ascendeu a 1,7% do PIB, contra 3,4% do PIB observado no igual período do ano transacto, e o saldo global (base compromisso) foi deficitário no montante de 676.881.000,00 (seiscentos e setenta e seis milhões oitocentos e oitenta e um mil dobras), face aos 319.812.000,00 (trezentos e dezanove milhões oitocentos e doze mil dobras), previstos no Orçamento para o ano 2021.

Importa referir igualmente que até Setembro de 2021 a captação de donativos ascendeu a um valor total de 179.618.000,00 (cento e setenta e nove milhões e seiscentos e dezoito mil dobras), representando apenas 11,1% do programado e menos (-74,6%) do mobilizado no período homólogo de 2020, influenciado exclusivamente pela mobilização dos donativos para projecto desembolsado pelos parceiros bilaterais e multilaterais, nomeadamente da República Popular da China, Agência Marroquina de Cooperação e Japão.

No que concerne às despesas de investimento, realça-se que esta rubrica ascendeu aos 392.727.000,00 (trezentos e noventa e dois milhões setecentos e vinte e sete mil dobras (um grau de execução de 29,4%), sendo que 4,8% foram financiadas com recursos internos e 95,2% com recursos externos. Comparativamente ao período homólogo do ano transacto, estas correspondem a uma diminuição de 22,5%.

4. Contexto macro-económico na previsão orçamental para 2022.

4.1. Fundamentos de estratégia da previsão orçamental.

O recrudescimento da pandemia, com particular realce no aparecimento de novas variantes em 2021 e as incertezas para a sua superação com a maior rapidez possível, bem como o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional que se começa a registar, são factores de risco e condicionantes ao aumento das pressões sobre os preços internos, podendo tornar ainda mais difícil o reforço da resiliência económica ainda no último trimestre do ano em curso e ao longo do ano 2022.

Assim, o esforço fiscal que vinha sendo realizado terá que ser reforçado, visando reafirmar o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e com uma trajectória sustentável para a dívida pública.

O crescimento de 3,1%, verificado em 2020, foi sustentado, por um lado, pelo incremento do sector secundário que registou um crescimento de 4,4% (+0,7% em 2019), reflectindo nomeadamente o incremento da actividade de construção (+5,8%), devido ao aumento dos investimentos públicos (+97,2%) e do crescimento das indústrias transformadoras (+3,8%) impulsionado pela produção e exportação de óleo de palma e, por outro lado, pelo crescimento do sector de serviços (+2,2%). A dinâmica deste sector centrou-se essencialmente na actividade Administração Pública e do comércio que registaram um crescimento de 13% e 1,4% respectivamente, reflectindo o pagamento das dívidas às empresas, que não se verificava há mais de 3 anos, e o aumento do consumo proporcionado pelo apoio dado aos trabalhadores e famílias afectadas económica e financeiramente pelo impacto da pandemia Covid-19. No entanto, os indicadores de conjuntura disponíveis mostram um abrandamento da actividade económica para o ano 2021 e espera-se que o PIB cresça apenas 2,3%, ou seja, menos 0,8 pontos percentuais (p.p.) do valor registado em 2020. Este resultado reflecte a recuperação do sector primário (+0,4%), sustentada essencialmente pelo aumento das exportações do cacau, que atingiu 144,7 toneladas até Agosto (+41,6%), resultante da valorização do preço deste produto no mercado internacional e pelo desembolso de mais de 1 milhão de dólares (correspondente a 5,2% do valor acrescentado do sector), relativo à linha de crédito de 3 milhões de dólares, disponibilizada pelo Governo para o apoio ao sector privado.

O incremento do sector terciário, observa-se um crescimento deste sector (+3,3%), sustentado nomeadamente pelo:

- (i) Comércio (importação em quantidade de bens de consumo e de capital: +7,6% e +13,1% respectivamente, até Agosto);
- (ii) Recuperação dos sectores ligados ao turismo (entradas de turistas: +16,7% até Setembro) e, por fim;
- (iii) A execução de despesas de funcionamento da administração pública que até Setembro ficou ligeiramente abaixo do realizado no ano anterior (-3,2%).

Relativamente ao sector secundário, apesar do aumento nas exportações de óleo de palma (+50,1% até Agosto), observa-se uma contracção deste sector (-0,5%), resultante nomeadamente da crise energética, diminuição da produção de cerveja (-7,1% até Setembro) e do abrandamento do sector de construção, reflectindo a redução dos investimentos públicos (-28,2% até Setembro).

Para os anos de 2022 e 2023, espera-se um crescimento do PIB na ordem de 2,8% e 2,9% respectivamente. As hipóteses subjacentes a esta projecção são as seguintes:

- i. Recuperação do sector agro-pecuário e pesca;
- ii. Retoma do sector da indústria;
- iii. O crescimento do sector de serviços.

No que se refere à inflação, prevê para 2021 uma taxa de inflação acumulada de 7,9%, que representa uma diminuição de 2,0 % em relação ao período homólogo (9,9%). Para o ano 2022, o Governo prevê atingir uma taxa de inflação média anual na ordem de 8,5%.

Todavia, em Setembro, a inflação acumulada, medida pelo índice de preço ao consumidor, situou-se em 6,1% (-0,2%), em relação a Setembro de 2020.

No que tange às finanças públicas, os dados existentes sobre o principal indicador de avaliação deste sector por parte do FMI, relativo ao nosso País, o «saldo primário em relação ao PIB», indicam que o registo do défice primário interno em relação ao PIB foi de 1,7%, até Setembro de 2021, contra os 3,9% previstos no orçamento do corrente ano. Para este resultado, contribuíram, por um lado, o aumento registado ao nível das receitas correntes, derivado do bom desempenho do imposto sobre rendimento das pessoas colectivas (+7,2%), imposto sobre património (+15,6%), taxas aduaneiras (+17,3%) e imposto sobre consumo de prestação de serviços (+27,8%), do lado das receitas fiscais; rendimento de participação das empresas participadas (+124,7%) e outras receitas patrimoniais (+22,9%), do lado das receitas não fiscais.

Associado a isto, destaca-se a contida execução das despesas primárias (-1,2%), sendo que, com excepção das despesas com pessoal e investimentos com recursos internos, todas outras categorias registaram uma variação homóloga negativa.

Dado o nível de execução observado até Setembro do corrente ano e tendo em conta a perspectiva do Governo, tanto para receitas como para despesas, estima-se atingir, até ao final do ano, um défice primário correspondente a 3,8% do PIB, ficando abaixo da meta em 0,1 p.p.

Em termos de financiamento do défice para 2021 e com a situação da pandemia que se agrava, o País deverá continuar a contar essencialmente com os recursos externos, quer em termos de donativos quer em termos de empréstimos concessionais, provenientes de parceiros bilaterais e multilaterais.»

Está difícil.

Murmúrios e risos gerais.

«No primeiro semestre de 2021, as exportações de bens fixaram-se em 8,8 milhões de dólares contra os 6 milhões de dólares, no primeiro semestre de 2020, justificado pelo aumento das exportações de cacau (+89,3%) e do óleo de palma. Neste contexto, para o ano 2021-2023, prevê-se um crescimento médio das exportações de bens em 12%, reflectindo a dinâmica nas exportações de cacau e óleo de palma e a implementação do projecto financiado pela União Europeia para promoção de fileiras agrícolas de exportação.

As importações de bens atingiram 75 milhões dólares (+29,2%), sendo que este crescimento foi extensivo em todas as componentes, nomeadamente, bens de consumo (+44,1%), bens de capital (+16,6%) e produtos petrolíferos (+7,3%). Este crescimento reflecte, por um lado, o efeito do aumento da quantidade importada, nas componentes bens de consumo (+7,6%) e de capital (+13,1%) e, por outro, pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Neste âmbito, espera-se que as importações de bens atinjam 135 milhões de dólares, em 2021 (+15,3%); 134 milhões de dólares, em 2022 (-0,3%) e 136 milhões de dólares, em 2023.

De realçar que a ligeira contracção esperada em 2022 é resultante da redução em volume da componente Outras Importações. »

Uma Voz: — Bebe mais um pouco de água.

Risos do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Estamos a 50%.

«A posição líquida externa do sector bancário, que também inclui o Banco Central, é o indicador determinante para a viabilidade da manutenção do actual regime cambial «paridade fixa da dobra face ao euro» em vigor. O valor padrão considerado internacionalmente aceite para este indicador é a observação de um mínimo de 3 meses de importação. Assim, os dados disponíveis apontam que este indicador registou 2,7 meses de importação até Setembro do corrente ano, o que corresponde a uma ligeira diminuição em relação ao ocorrido em 2020 (3 meses), justificado fundamentalmente pela não entrada, até então, dos donativos de apoio orçamental inicialmente previstos.

Relativamente à situação monetária, os primeiros 8 meses de 2021 ficaram marcados pela contracção do agregado monetário mais amplo (M3) que se fixou em 3.165 milhões de dobras, contra os 3.364 milhões em Dezembro de 2020, reflectindo a redução dos activos externos líquidos (-3,9%) e do crédito à economia (-4,4%), contracção que é justificada, por um lado, pelo aumento de crédito mal parado e, por outro, pela preferência dos bancos em financiar activos de menor risco, como é o caso dos bilhetes de tesouro.

O valor total da Dívida Pública registado em final de Junho de 2021 foi de 571,7 milhões de dólares, sendo que 98,2 milhões de dólares refere-se à dívida interna contra 568,7 milhões de dólares, observado em final de 2020, dos quais 105,1 milhões de dólares refere-se à dívida interna.

A diminuição observada ao nível da dívida interna em 2021, face ao de 2020, resulta do pagamento dos atrasados internos à Empresa de Água e Electricidade (EMAE), pelo fornecimento de serviços de água e energia à Administração Pública e à Empresa de Combustíveis e Óleos (ENCO), relativo ao diferencial de preços de combustíveis.»

Este é o cenário macro-económico de 2021, que acabamos de analisar, e vamos passar ao cenário macro-económico de 2022, que o Governo se baseou para elaborar as propostas em análise.

«4.2. Cenário Macro-económico na previsão orçamental para 2022.

O objectivo geral macro-económico do Governo, previsto no seu Programa, consiste no aumento da resiliência macro-económica contra os choques externos, tendo em conta as características do nosso país como Estado vulnerável inerente ao pequeno Estado insular em desenvolvimento.

Assim, São Tomé e Príncipe, como importador líquido, incluindo o do petróleo, com uma economia ainda muito desestruturada e pouco dinâmica, tem que prosseguir com firmeza as reformas estruturantes necessárias à resiliência deste choque externo, conduzindo a atracção de investimento privado, nomeadamente, as reformas dos sistemas fiscal, financeiro, judicial, entre outros.

Assim, o aumento da resiliência macro-económica constituirá uma das condições *sine qua non* ao objectivo último do crescimento sustentado inclusivo e de redução da pobreza.

5. Constatações gerais sobre as Propostas de Lei das GOP e do OGE para 2022:

5.1. Previsão Orçamental para o Ano Económico 2022:

5.1.2. Principais linhas de acção governativa constantes nas GOP para o ano 2022:

As Grandes Opções do Plano 2022 estruturam-se em torno dos quatro eixos estratégicos do Programa do Governo e alinhado com o Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socio-económica, face à Covid-19. Os programas, medidas e projectos prioritários para 2022 serão organizados por domínios, em função dos referidos eixos:

Eixo I – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático.

- i. Continuidade de várias acções no âmbito da reforma da Justiça;
- ii. Reorganização do Estado;
- iii. Reforço da democracia e do sistema social e modernização dos tribunais;
- iv. Combate à corrupção e impunidade; e
- v. Realização de eleições legislativas, regional e autárquicas.

Para a Defesa e Segurança Pública, o Governo perspectiva acções para a modernização e adequação das Forças Armadas, da Segurança Pública e Protecção Civil.

Eixo II – Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego.

O Governo perspectiva a criação de condições para o relançamento do crescimento económico gerador de emprego, como principal desafio do País, evidenciado no seu Programa. Propõe superar este desafio através de medidas para atracção de investimentos externo e promoção do empresariado nacional, melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais de base. Neste quadro, para atender ao crescimento económico robusto e criação de emprego, o Governo propõe desenvolver programas e medidas nos domínios do turismo, comércio, do planeamento e finanças públicas, de fomento da indústria, da agricultura, pecuária e florestas, da educação e formação, da juventude, desporto e empreendedorismo, das infra-estruturas, transição, eficiência energética, etc.

Eixo III – Melhoria de Qualidade de Saúde e Protecção Social.

Neste eixo, o Governo propõe desenvolver acções que visam a melhoria da qualidade de saúde, introduzindo medidas tendentes a melhorar a qualidade de prestação dos serviços essenciais de saúde, acesso aos medicamentos e consumíveis, reorganização dos serviços primários de saúde, dentre outras.

No âmbito da Protecção Social, o Governo propõe reforçar a capacidade técnica e institucional dos órgãos que constituem a Administração de Trabalho, Inspecção, Emprego, Formação Profissional, Segurança Social e Protecção Social, nos diversos domínios.

Eixo IV – Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento.

Neste domínio, face ao actual contexto internacional gerado pela pandemia Covid-19, associado à redução substancial das ajudas públicas ao desenvolvimento, o Governo perspectiva tomar medidas concertadas e pró-activas, com vista a promover e consolidar o aprofundamento das relações entre o Estado são-tomense e os diferentes parceiros técnicos financeiros existentes no País, com vista a tirar maior vantagem que a cooperação económica oferece.

5.1.3. Previsão orçamental para 2022 – Estimativa de Receitas.

É estimado em Dbs. 3.870.985.000,00 (três mil milhões, oitocentas e setenta milhões, novecentas e oitenta e cinco mil dobras) o montante das receitas globais, incluindo financiamento, para o ano fiscal de 2022, conforme o indicado no Anexo 1, que faz parte integrante da presente Lei, das quais:

- a) As receitas correntes, estimadas em Dbs. 1.772.000.000,00 (mil milhões, setecentos e setenta e dois milhões de dobras);
- b) Donativos, estimados em Dbs. 1.643.000.000,00 (mil milhões, seiscentos e quarenta e três milhões de dobras) e;
- c) Financiamentos estimados em Dbs. 455.985.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de dobras).

1. Os donativos previstos na alínea b) discriminam-se da seguinte forma:

- a) Apoio Orçamental no valor total de Dbs. 326.670.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, seiscentos e setenta mil dobras), no qual se destacam as contribuições da União Europeia e do Banco Mundial;
- b) Utilização do Fundo HIPC, fixado em Dbs. 64.330.000,00 (sessenta e quatro milhões, trezentas e trinta mil dobras); e

c) Donativo para projectos, estimados em Dbs. 1.252.000.000,00 (mil milhões, duzentos e cinquenta e dois milhões de dobras), no qual se destaca a contribuição da República Popular da China.

2. As fontes de financiamento previstas na alínea c) são as seguintes:

a) Interna – Utilização da Conta Nacional do Petróleo, fixada em Dbs. 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dobras) e Alienação de Activos, estimado em Dbs. 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentas mil dobras); e

b) Externa – Desembolsos de Empréstimos para Projectos, fixados em Dbs. 398.485.000,00 (trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil dobras).

5.1.4. Previsão Orçamental 2022 – Fixação de despesas:

É fixado em Dbs. 3.870.985.000,00 (três mil milhões, oitocentos e setenta milhões, novecentas e oitenta e cinco mil dobras) o montante das despesas para o ano de 2022, conforme o indicado no Anexo 2, que faz parte integrante da presente Lei, estruturado nas suas componentes seguintes:

As Despesas de Funcionamento fixadas no valor de Dbs 2.182.801.000,00 (dois mil milhões cento e oitenta e dois milhões oitocentas e uma mil dobras);

a) As Despesas de Investimentos Públicos, no montante de Dbs 1.484.351.000,00 (mil milhões, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, trezentas e cinquenta e uma mil dobras); e

b) As Despesas Financeiras destinadas à Amortização da Dívida Pública estimadas em Dbs. 203.833.000,00 (duzentos e três milhões oitocentas e trinta e três mil dobras).

5.1.5. Análise das Receitas Estimadas para 2022:

a) No capítulo das receitas totais, constatou-se que a taxa de execução até Setembro de 2021 foi de 1.682.891 (mil milhões, seiscentos oitenta dois milhões, oitocentas trinta uma mil dobras), correspondendo a 46% do orçamento aprovado e menos 29,4%, quando comparado com a taxa de execução do período homólogo do ano 2020. Entretanto, o Governo prevê atingir uma taxa de execução de 81% até Dezembro de 2021.

Para o ano de 2022, o Governo propõe um orçamento que representa um acréscimo de 30,7% em relação à execução estimada para ano 2021;

b) Referindo ao acréscimo citado na alínea anterior, destacam-se a boa performance das receitas fiscais (93,8%) e não fiscais (104,6%) estimadas até Dezembro.

5.1.6. Análise das despesas fixadas para o ano de 2022:

a) As despesas efectivas ascenderam, até Setembro de 2021, ao montante de 1.930.831 (mil milhões, novecentos e trinta milhões, oitocentas trinta uma mil dobras), o que corresponde a (55,6%) do orçamento aprovado e menos 9% do executado no período homólogo de 2020;

b) Para o ano de 2022, as despesas efectivas conhecerão um acréscimo na ordem de 24,5%, comparativamente ao orçamento aprovado em 2021. Este acréscimo decorre do aumento das despesas com pessoal (1,7%), com destaque para vencimentos e salários (5,6%), encargos com viagens (27,4%), com especial destaque para a rubrica subsídio de deslocação (44,4%) e outras aquisições de serviços (60%), o que demonstra a tendência crescente das despesas primárias.

c) O «Saldo Corrente» ascendeu a um défice na ordem de Dbs. 410.000.801, 00 (quatrocentos e dez milhões, oitocentas e uma mil dobras), com um défice primário na ordem de Dbs. 388.000.905 (trezentos e oitenta e oito milhões, novecentas e cinco dobras), que representa 2,8% do PIB, por um lado.

d) Por outro lado, analisou-se ainda o quadro das «despesas de investimentos» e a situação evolutiva da «dívida pública», concluiu-se que:

Em relação às «Despesas de Investimentos», a maior fatia do PIP (94,9%) será assegurada pelos Recursos Externos, sendo Donativos 84,3%, cabendo aos Empréstimos os restantes 10,9%, o que reflecte o alto nível da dependência externa do País, para o Ano Económico 2022.

Para fazer face à necessidade de financiamento para 2022, o Governo prevê mobilizar novos empréstimos estruturado, como se segue:

12,0% de credores multilaterais com condições concessionais;

15,0% de credores multilaterais com condições semi-concessionais;

50,0% de credores bilaterais com condições semi-concessionais; e

23% de dívida interna (títulos de tesouro).

5.1.7. Constatações das outras Comissões Especializadas:

a) Área Institucional e Jurídica:

A 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional constatou que as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, apresentadas pelo Governo não observaram o disposto no artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro – Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE).

Importa destacar que o Governo solicitou a prorrogação do prazo, através do ofício/ref. n.º 241/MAPRED/GM/C/2021, datado de 27 de Outubro;

b) Área Social (Saúde, Educação, Emprego e Solidariedade).

Área da Educação.

A 3.^a Comissão constatou que, no concernente ao Programa de Investimentos Públicos na Educação e Ensino Superior, regista-se um ligeiro acréscimo, saindo de 9,38% do OGE de 2021 para 12,7% do OGE previsto para o Ano Económico de 2022.

Relativamente às despesas correntes, verificou-se um aumento, saindo de 16,58 % do OGE de 2021 para 17,2 % do OGE de 2022. Face ao exposto, a Comissão recomenda as seguintes medidas: retoma urgente da cantina escolar, de forma a garantir a permanência das crianças nas escolas; e criar mecanismos com vista a combater o vandalismo e violência nas escolas.

Área da Saúde.

De igual modo, a Comissão constatou para a área de Saúde que há um acréscimo no Programa de Investimentos Públicos de 13,01% do OGE de 2021 para 16,03% previsto para o Ano Económico de 2022.

No que concerne às despesas correntes, verificou-se um acréscimo de 11,43% do OGE de 2021 para 12,9% do OGE de 2022.

Área do Emprego e Solidariedade.

Na área de Protecção Social, Emprego e Formação Profissional, a 3.^a Comissão constatou que o Governo alocou verbas destinadas à Mecanismo de Implementação da Estratégia de Género, Apoio à Integração Social dos grupos mais carenciados, Cozinha Social (Fornecimento de prato quente/dia aos idosos), apoio às pessoas com deficiências, apoio às ONG parceiras da acção social, construção de casas sociais e Programa Família.

c) Área de Cidadania, Direitos Humanos e Diáspora.

A 4.^a Comissão procedeu à análise dos aspectos ligados a cidadania, direitos humanos e diáspora, constatou a existência de verbas alocadas para responder às necessidades das áreas ligadas a equidade de géneros, nomeadamente para a construção ou aquisição de uma casa para o acolhimento de vítimas de maus tractos, de violência doméstica e abuso sexual de menores.

d) Área de Família, Género, Emprego.

A 5.^a Comissão na análise das Propostas de Lei das GOP e do OGE constatou, dentre os aspectos analisados, que o montante para a formação e capacitação dos quadros da Comunicação Social é irrisório.

6. Conclusão e recomendação.

Das constatações acima referidas, a 2.^a Comissão concluiu que as Propostas de Lei das GOP e do OGE para o Ano Económico 2022, não obstante terem sido apresentadas fora do prazo estipulado por lei, devem ser submetidas ao Plenário, para efeito de discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o parecer desta Comissão.

São Tomé, aos 10 de Dezembro de 2021.

A Vice-Presidente, Cristina Dias.

O Relator, Arlindo Ramos.»

Obrigado pela vossa atenção e desculpem pelo longo parecer da 2.^a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos, enquanto relator da 2.^a Comissão, pela sua exaustiva apresentação do parecer. Deu para perceber que são pareceres integrados, portanto, para além da 2.^a Comissão, também da 1.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Comissões.

Srs. Deputados, feita a apresentação do parecer, estão abertas as inscrições para o debate das GOP e do OGE, na generalidade.

Portanto, os Srs. Deputados que queiram intervir podem proceder à inscrição.

Pausa.

O debate tem a duração mínima de 2 dias, está previsto para hoje e amanhã. Se não houver inscritos, podemos encerrar e retomar amanhã.

Murmúrios do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe: Tomo a palavra nesta primeira intervenção, quanto ao debate na generalidade, para comentar dois aspectos. Um que tem a ver com a apresentação do Orçamento, no que diz respeito aos prazos que são fixados no próprio Regimento e na Lei do Orçamento e, segundo, para falar um pouco de alguns comentários aqui feitos pelo Sr. Primeiro-Ministro,...

Murmúrios gerais.

... ou melhor, da análise de alguns dados macro-económicos feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, aquando da sua intervenção.

Em relação à primeira questão, o relatório da 2.^a Comissão frisa muito bem que a análise do Orçamento, na especialidade, foi feita às pressas...

Vozes: — Às pressas!?

Murmúrios gerais.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — ... nas comissões! Portanto, o parecer do Orçamento, nas comissões, foi feito às pressas, quando o Regimento fixa um prazo razoável para essas discussões e para a elaboração de pareceres.

Sras. e Srs. Deputados, esses prazos não são em vão. Eles são fixados, porque é um documento democrático. Ele deve ser discutido, analisado, ouvido o Governo, tiradas as dúvidas, e o parecer é feito na base desses elementos. Isso não aconteceu, e a minha preocupação não é só isso! A minha preocupação é porque, ao encurtarmos esses prazos, estamos a diminuir a nossa avaliação do desempenho das finanças públicas. É uma avaliação que é feita regularmente pelos parceiros. O Sr. Primeiro-Ministro poderá solicitar aos técnicos das Finanças. Eles dar-lhe-ão a avaliação do Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA) dos últimos anos e quais são os indicadores, porque caímos bastante, devido a essas questões, que pensamos que não têm importância. Os prazos, os elementos que são obrigatórios na apresentação do Orçamento, o tempo de preparação e discussão do Orçamento são importantes e, quando eles são encurtados, caímos no *ranking* de avaliação das finanças públicas.

Estou a mentir, Sr. Director do orçamento!?

Murmúrios gerais.

No segundo ponto, digo que o Sr. Primeiro-Ministro devia ter-se escusado de fazer comparações da sua performance com 2018, porque, fazendo uma análise simples dos indicadores, constatamos claramente que a sua performance é muito mais baixa nesses últimos 3 anos, comparativamente à anterior legislatura.

O Governo, nestes 3 anos, cresceu em média 2,5%, apesar da pandemia. Podem dizer «não, por causa da pandemia houve quebra da actividade económica, as empresas fecharam-se», mas há um milagre no vosso orçamento. É que mesmo com a diminuição da actividade económica em 50% e o fecho das empresas, a diminuição das actividades, tanto no sector formal, como no informal – e são os vossos documentos é que o dizem – houve crescimento de 3,1% em 2020.

Vamos partir do princípio de que tudo está bem e que isso constitui uma realidade, o que contraria tudo que é a situação ao nível regional e ao nível mundial. Mas o quê que acontece logo a seguir, no ano 2021, em que todas as economias mundiais estão a crescer e que já não há pandemia, portanto, o impacto da pandemia é menor? A economia desacelerou, caiu de 3,1% para 2,3%. Acho que esse é um fenómeno passível de estudo. Temos que estudar o quê que aconteceu! Houve criação de riqueza? Julgo que não! Então, acho que essa comparação não se justificava.

Também fixei, nessa comparação que o Sr. Primeiro-Ministro fez, algumas cifras das reservas líquidas. O senhor falou de uma cifra, mas o relatório da 1.ª Comissão diz outra. Em 2021, houve uma queda. Em toda a análise feita por esta Comissão, houve abrandamento, houve quebra, mas a análise do Sr. Primeiro-Ministro dizia o contrário.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Está em contramão!

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — O Sr. Primeiro-Ministro fez referência a uma questão aqui, que quase que tem sido o vosso instrumento de convencimento de que a economia vai bem, que pagam o salário sem recurso ao banco, mas o Sr. Primeiro-Ministro não viu outras coisas. Se alguém consultar bem o quadro da dívida, no sector da dívida interna, vê que de 2018 a 2021 houve um crescimento da emissão dos bilhetes de tesouro, em aproximadamente 9 milhões de dólares. Para que serve isso!?

Murmúrios do ADI.

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, este mês o senhor recorreu ao banco para adiantamento do salário, portanto, escusava fazer essa comparação!

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Salcedas Barros** (ADI): — Kei! Isso é trabalho!?

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Portanto, escusava fazer essa comparação!

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Está a mentir ao povo!

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Também estou em condições de dizer aqui por quê durante esses 3 anos não houve recurso ao banco para pagamento dos salários dos funcionários públicos, para além do efeito moral da coisa. É porque recorrer ao banco, pedindo o adiantamento para depois pagar, é garantir

que os funcionários tenham os seus salários a tempo e hora. Hoje, os funcionários, no mês de Dezembro, receberam o salário, ou melhor, os últimos salários saíram...

Vozes do ADI: — Na semana passada!

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — ... se calhar, há uns dias. Por isso, escusava fazer esse tipo de comparação.

Gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que, durante a sua análise, evitasse fazer essas comparações, porque a sua performance económica está muito aquém daquilo que foi a legislatura passada, não só pelos documentos apresentados. É na realidade!

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, o banco de urgências chama por si, estão paralisados.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Só queria prestar um pequeno esclarecimento. Deve ter havido...

Murmúrios e protestos do ADI.

Não perturbem, Srs. Deputados! Todos têm direito à palavra e quem quiser contrariar que a peça. Não perturbem!

A Mesa gostaria de esclarecer o seguinte: deve haver qualquer lapso de interpretação ou de entendimento quanto aos prazos. Independentemente dos documentos...

Vozes do ADI: — O Sr. Presidente está a interferir!

O Sr. **Presidente:** — Isso tem a ver com a Mesa.

Portanto, independentemente de os documentos terem sido entregues, aí sim, com atrasos de 15 dias justificados, a Mesa admitiu-os, dando os prazos regimentais às comissões. Está no despacho! Portanto, nenhuma comissão pode reclamar que teve que trabalhar às pressas, por falta de prazos. Não, isto não! Os prazos regimentais são os que estão estabelecidos no artigo 207.º do Regimento da Assembleia Nacional e foi assim no despacho da Mesa da Assembleia.

Se trabalharam às pressas, esta é outra questão. Se houve negociações para encurtar os prazos fora deste quadro, a Mesa não pode ser responsabilizada. O nosso despacho está bem claro, respeitando o previsto no artigo 207.º do Regimento da Assembleia Nacional!

Há mais inscritos?

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de desejar rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional, uma vez que fez referência que está com problemas de saúde.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — De coração?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim, de todo coração, porque acima de tudo é um colega Deputado.

Murmúrios gerais.

Gostaria de aproveitar para pedir esclarecimento ao Governo, tendo em conta que no próximo ano, em princípio, vamos ter eleições e o Governo tem dívidas com as pessoas que trabalharam nesse último acto eleitoral, sobretudo na segunda volta das eleições. As pessoas que deram formação ao pessoal que trabalhou nas mesas de voto não receberam os seus subsídios até hoje. As pessoas que trabalharam nos apuramentos distritais e regional também não receberam a respectiva remuneração. Gostaria que o Governo me explicasse, porque estou a falar como representante do povo. As pessoas solicitaram e pediram-me, já que se está a discutir o OGE, que se fizesse alusão a isso.

Outra questão extremamente importante, entrando directamente no OGE, Sr. Primeiro-Ministro, acho que cada vez que uso da palavra aqui neste púlpito, fico bastante preocupado, porque o Sr. Primeiro-Ministro, no âmbito do seu Programa de governação apresentado cá em 2018, elegeu quatro eixos de governação. Só que honestamente, gostaria de dizer-lhe que o senhor não conseguiu. Já no terceiro ano do mandato, o senhor não fez quase nada relativamente aos quatro eixos de governação que elegeu. Por quê? Porque o senhor não elegeu quatro eixos de governação. O senhor elegeu cinco eixos de governação, o

quinto está subentendido, mas as pessoas que vivem aqui em São Tomé, e não só, sabem do quinto eixo, que o senhor colocou como se fosse o primeiro. Logo, o senhor ia ter dificuldade. Estive a antever que o senhor iria ter mesmo dificuldade de governar, porque ninguém pode governar assim. O senhor tinha uma carga de ódio terrível que fazia transparecer cada vez que vinha para cá, cada vez que ia às comunidades, cada vez que ia fazer uma inauguração!

Murmúrios do ADI.

Sim, uma carga de ódio terrível! Esse eixo é que acabou consigo, Sr. Primeiro-Ministro. O senhor não conseguiu governar por causa desse eixo! Esse eixo é exactamente isso, perseguição aos opositores políticos! O senhor elegeu perseguir as pessoas. O senhor elegeu, com a contribuição dos outros, perseguir, e não consegue governar assim, Sr. Primeiro-Ministro.

O governo anterior, um dos governos, aliás, que optou por isso, deu-se mal. O chamado «governo *flá só*»! As pessoas aqui estão a lembrar-se, deu-se mal, porquê? Nós não podemos eleger como eixo de governação a perseguição. Que sirva de lição a outros governos que virão.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor fez referência aqui, por exemplo, ao crescimento económico robusto e à criação acelerada de riqueza. “Acelerada”? O senhor nem lentamente está a conseguir criar riqueza. O senhor pôs aqui “acelerada”!?

Crescimento económico robusto, já disse aqui, só nos rostos de alguns! Porque na verdade não sei o que significa “crescimento económico robusto”. Era bom que o senhor explicasse à população. Há pessoas na autêntica miséria, Sr. Primeiro-Ministro.

O Deputado Américo, quando terminava a sua intervenção, fez referência ao que está a acontecer agora no banco de urgência. O senhor elegeu aqui, como um dos eixos de governação, “melhoria da qualidade de saúde e protecção social”, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor está a melhor a saúde aonde!? Em que espaço, em que universo? Em São Tomé e Príncipe!? Três anos de governação, Sr. Primeiro-Ministro! O senhor tem que rever o seu discurso e ver se o senhor ainda consegue chegar pelo menos ao mínimo dos mínimos aceitáveis, porque se não o senhor não vai deixar saudades nem aos seus camaradas. Se o senhor for por esta lógica, o senhor não vai deixar saudades nem aos seus camaradas! Nem aos seus camaradas, repito, porque o senhor está a desgovernar o País!

É bom que a população se veja livre dessa situação o mais cedo possível, porque até tenho dificuldades de chamar o senhor “chefe do Governo”. Não sei se reparou, chamo mais o senhor de Primeiro-Ministro, porque o senhor não é Chefe do Governo.

As pessoas que gerem as coisas do Estado têm que ser sérias. Quando pronunciam alguma coisa, tem que ser com alguma propriedade, como quem de facto toma conta das coisas. O senhor é Primeiro-Ministro, é chefe do Governo, portanto, anunciou a remodelação do Governo e disse que não faz isso às pressas, mas ninguém mandou o senhor anunciar. Isso também contribui para o descrédito e o descrédito contribui para que o senhor não consiga implementar o seu programa de governação! O descrédito também contribui para que o senhor não tenha êxito na governação!

Por isso, estou a dizer-lhe, com franqueza, que o senhor é capaz de não deixar saudades nem aos seus camaradas.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Vaz, para uma intervenção.

O Sr. **Osvaldo Vaz** (MLSTP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Tomo a palavra para passar a seguinte mensagem.

Os indicadores macroeconómicos estão registados nas Finanças e qualquer um tem acesso a eles. E vai-se fazer a comparação e vai-se dizer se de facto melhoraram ou não. Estão lá registados!

Murmúrios e protestos do ADI.

Não é falar, é dizer os números. Quais são os números: 16, 17, 19, 20, 21. Aí vai-se saber a evolução.

E mais, Sr. Primeiro-Ministro. Em 2020, o próprio FMI admirou, sim! Mas quem tem a noção da economia, se estiver a definir, para calcular o Produto Interno Bruto, nas ópticas existentes, viu. E o FMI veio, analisou e chegou à conclusão que, de facto, a previsão deles estava errada. Porquê? É o ano em que o País teve muito recurso. E o País, com esses recursos, fez investimentos.

Uma pergunta: por que é que se emite o título de tesouro? O bom, é pedir o adiantamento e pagar! Quando não se paga, acumula. E o título de tesouro tem prazo para vencer! Vence como? São as dívidas que vieram! E nós estamos a fazer esforço em pagar. Acredito eu que o Governo vai ter que continuar a pagar. Mas eu acho que não precisávamos falar muito mais dos indicadores macroeconómicos.

Eu chefiéi o Ministério das Finanças, onde está o Gabinete de Reforma das Finanças Públicas! Perguntem à actual Directora o trabalho que nós tivemos para corrigir o que estava errado, para conseguirmos ser elegíveis, para receber o apoio da União Europeia. Perguntem! Está lá. A senhora está lá. É só perguntarem. Eu acho que nós que passámos pelas Finanças e que sabemos o que fizemos, não

devíamos estar aqui a dar *show*. Seríamos os últimos a nos pronunciarmos, porque conhecemos a casa e temos as informações. Sabemos o que é que nós tivemos, quando estivemos lá!

Aqui as pessoas dizem «experiência de administração». Experiência de administração, para você ter um contrato de uma folha?! Eu não quero essa experiência, nunca na minha vida! Nunca!

Aplausos do MLSTP/PSD.

Experiência de administração, você assina uma coisa que você não sabe quem assinou do outro lado, e envolveu o Estado?! Eu prefiro ter experiência, e não essa, e nem sequer dar lição de moral a quem quer que seja, porque eu não tenho moral para dar. Experiência de administração, eu no governo, tenho aqui catamarans que não consigo registar, porque não sei como é que é?! Qual é a experiência que eu tenho?!

Eu acho que nós temos que partir do real! Os indicadores estão lá, é só pedir as Finanças e dar o mapa completo e aí vai-se ver.

A análise foi feita em Setembro/Outubro, eu não posso afirmar, mas dizem que a taxa de inflação, em Setembro, era de 6%. Estão a estimar que pode chegar a 8.5, porque ainda não fechou o ano.

Eu acho que nós, que passámos pelas Finanças, não devemos fazer política com os números! Os números não fazem política, porque estão lá nas Finanças registados. Quem quiser comparar os indicadores, que vá às Finanças. E, se possível, pedimos aos técnicos das Finanças que apresentem os mapas e vão mais longe, porque tudo fica registado! Vai-se ver o que é que foi feito no Gabinete das Finanças Públicas, para conseguir ser elegível perante a União Europeia. Muitos indicadores estavam todos errados! Se notar, nós conseguimos até receber dois montantes que estavam em dívida, porque não conseguiram cumprir os procedimentos. É claro, é sempre bom nós seguirmos os procedimentos. É sempre bom, mas não venhamos com isso como motivo de obstáculo, porque nós, quando estávamos lá, não cumpríamos quase nada. Nós, estou aqui a referir, e estão a entender bem o que eu estou a dizer.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-ministro, Sr. Presidente da Assembleia.

Eu estou cá, qualquer coisa, em termos de números, estamos aqui para discutir.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, Osvaldo Vaz.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, segundo o Orçamento que o Sr. apresentou, está a prever para o ano 2022 um crescimento da massa salarial de apenas 1,7%. Segundo esse mesmo documento, eu vou citar: «É para fazer face apenas à continuação do contrato dos novos professores, tendo em conta a construção de novas escolas, bem como a construção de novas salas de aulas, de modo a garantir o distanciamento físico dos alunos.»

Recentemente, nós vimos na Comunicação Social, ameaça de greve, ao nível da Função Pública, mas após negociações houve a suspensão da greve, com a assinatura de um memorando entre o Governo e o Sindicato.

Ao nível da questão do reajuste salarial, também se viu que o Governo assinou vários memorandos com os diferentes sindicatos, incluindo empesas públicas e outros organismos autónomos. A minha pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é a seguinte: como vai dar resposta a essas exigências dos sindicatos, se está a propor apenas um aumento de 1,7 da massa salarial no OGE de 2022? Como é que fica a questão do aumento salarial, ou seja, o salário mínimo nacional, ao nível da Função Pública? Sr. Primeiro-Ministro, será que esta discussão do salário mínimo nacional não devia ser prévia a esta questão do Orçamento Geral do Estado? O mesmo também se aplica ao reajuste salarial. Será que não se deveria concluir o processo, só depois apresentar o Orçamento à Assembleia Nacional?

Neste particular, o Sr. Ministro Wando Castro, quando fez a retirada do documento, aqui ao nível da Assembleia Nacional, disse o seguinte: «Tão cedo quanto possível, nós voltaremos a introduzir o documento, ainda este ano, antes mesmo da discussão do Orçamento na Assembleia Nacional. É apenas uma retirada temporária.» O mesmo disse ainda que aquela retirada do diploma visava permitir ao Governo adequar o documento aos memorandos de entendimento, assinados com vários sindicatos e a Proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos a escassos dias do final do ano. Hoje, estamos aqui a discutir o Orçamento Geral do Estado e até agora nada da proposta de reajuste salarial. Os sindicatos, os deputados e o próprio povo, por favor, que tirem as suas ilações.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, toda gente sabe que os salários estão totalmente desajustados, para fazer face à questão do aumento vertiginoso do custo de vida.

Sr. Primeiro-Ministro, o povo não aguenta mais. Esta é a frase que o Sr. Primeiro-Ministro mais usou, durante a sua campanha de 2018: o povo não aguenta mais. Realmente, o povo não aguenta mais.

Eu queria ainda dizer, Sr. Primeiro-Ministro, este é o seu último Orçamento, este é o seu último ano de mandato, e durante muito tempo o senhor e os diferentes ministros foram sempre dizendo que vão dar maior justiça salarial aos funcionários públicos, que a questão do reajuste salarial era um processo irreversível. Será que tudo isso foi só palavras e música para distrair o povo, Sr. Primeiro-Ministro?

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Bilaine Ceita.
Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Eu não venho falar muito das questões técnicas ligadas ao Orçamento, porque o meu colega e companheiro Américo Ramos o fez, e fê-lo de forma sábia!

Aplausos do ADI.

Mas eu venho cá fazer algumas observações com relação a este Orçamento, até porque todos que estão atentos, e todos que estudaram o Orçamento, de alguma forma, têm algo a dizer sobre o mesmo.

O Orçamento deste ano, para 2022, teve algumas sensíveis melhorias no que diz respeito a algumas questões que são mais sensíveis. O Orçamento deste ano conseguiu, de alguma forma, encaixar numa das suas epígrafes um orçamento que tem qualquer coisa a ver com o género. Eu falo de género, vão dizer: ah, coisas de mulher, questão de mulher. Não é isso, porque nós sabemos que é uma questão de uma sociedade justa e harmoniosa.

A Covid-19 veio mostrar-nos o quão importante é ter um bom saneamento de meio. É básico para a sobrevivência de uma sociedade. Veio-nos mostrar o quão importante é o uso de higienização das mãos, por um simples acto de lavar as mãos com água e sabão. Mas, se essa água e sabão não chegar a toda gente, nós sabemos também qual será, ou qual seria, neste caso, o resultado. Portanto, ao nível de água e saneamento do meio, tentou-se fazer qualquer coisa, mas se consegue atingir toda sociedade? Toda gente tem acesso à água potável? O que está cá demonstrado, nas Grandes Opções do Plano são projectos exequíveis? Ao fim desse tempo, nós teremos, realmente, uma população que tenha acesso a água potável? Nós, para quem está cá há algum tempo, já analisou vários Orçamentos, algumas questões, simplesmente, se repetem. E a sociedade, lá cada um vai dizer o quê? Políticos falam só, políticos prometem e não fazem, e nós, os políticos, somos diabolizados pela população, de toda franja, de toda qualidade.

Há muitos projectos que nós sabemos que a sua execução não é feita, não se consegue fazer. Ou porque não conseguimos engajar os financiamentos, ou porque sabemos que devemos deixar ficar, para estar bonito!

Eu vou citar algumas passagens, que também já citou aqui o Deputado José António, mais para reflexão. No eixo II do Programa do Governo, nós temos crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego. Um cidadão que ouve isso, soa, muito bem, soa muito bonito! Quando é que isso vai ter impacto na vida dele?

Estamos aqui a acusar os outros. Eu venho, digo que é assim, outro vem diz que não é, cada um defende a sua tese, quando a população precisa de nós!

Desde que nós não consigamos implementar políticas públicas que vão mudar, vão reflectir, de alguma forma, na vida de cada um cidadão, eu acho que é melhor começarmos a fazer outra coisa e não política! Nós todos sabemos o impacto que houve agora com relação à isenção de vistos para cidadãos da CPLP! Mas nós queremos um país assim?! Um país que todo o mundo está à espera de um país vizinho para emigra?! Quem ficaria?

Risos.

Eu tenho orgulho de meus filhos se formarem e quererem trabalhar no seu país, para darem o melhor de si, mas as condições cá existentes os permitem fazer isso?

Este Orçamento é aprovado, vai ser, o próximo vai ser, o outro será. Mais coisas, menos coisas, politiquices! O que é que está cá que nós temos a certeza de que vamos poder fazer e garantir ao povo que vamos fazer?

Outro eixo: melhoria de qualidade de saúde e protecção social. Quando? Quais são as acções que vamos levar a cabo, para nós conseguirmos melhorar a saúde da população, quando uma empresa que fornece medicamentos, envia contentores de medicamentos e esses contentores de medicamentos, simplesmente, não chegam ao destino final? Quando o médico prescreve dois paracetamóis, o doente só terá acesso a um, porque o outro, não sei como é que é feito?! Quando houver! Muitas vezes até nem há! Os familiares têm que percorrer, para conseguirem e depois adquirirem algum medicamento para os seus familiares, os pacientes.

Dava-me muito jeito chegar aqui e dizer que as coisas estão bem, independentemente de ser opositora ao Governo, o País é nosso, todos nós temos que dar as mãos para o desenvolvimento deste país, mas eu

não posso fazê-lo! Não consigo, não tenho como! E mesmo os que defendem o Governo vêm cá defender, por uma questão meramente política, sei lá! Mas todos nós sabemos que o País não está bem, o País não vai bem e, com o andar da carruagem, vamos ver que as coisas vão piorar e piorar cada vez mais.

Eu gostaria, Sr. Primeiro-Ministro, que ao fim do seu mandato, que se orgulhasse de dizer: eu deixei o meu legado, eu fiz isso, isso e aquilo! Eu tirei o País dessa e daquela situação.

Quando nós vamos ver a execução do Orçamento, é quase nada. O País não produz, é verdade. Se nós não tivermos a habilidade de mobilizar atrações económicas, investimentos, nada feito. E este país é de todos nós. Eu gostaria, sinceramente, de deixar cá uma mensagem, mas a mensagem não é nada política, é uma mensagem para tentarmos ver o quê é que estamos a fazer, enquanto cidadãos deste país. Cada um de nós que está cá nesta sala, o que é que já fizemos de bom, para um dia, quando morrermos, fique o nosso legado? Que qualquer um cidadão diga, não, este fulano ou esta fulana fez isso e fez aquilo, e eu tenho orgulho, eu vou seguir as suas pisadas.

O que é que tem acontecido? Ninguém quer seguir as pisadas de nenhum político deste país. Infelizmente, se calhar, eu também. Tenho a minha quota-parte, tenho a minha *mea culpa*. Mas analisemos todos o que é que já fizemos e o que é que ainda podemos fazer para que o nosso país seja realmente um país que dê orgulho e gosto de viver!

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, eu tenho várias questões aqui para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, pedir esclarecimento, mas quero antes dizer que todo o meu pedido de esclarecimento está centralizado naquilo que o Governo escreveu nesta proposta de Orçamento. Se há outros dados nas Finanças Públicas, contrário àquilo que está cá nesta proposta, não sei, nem quero saber.

Risos do ADI.

O que é verdade é o que o Governo escreveu aqui nesta proposta, que compete a mim analisar, como Deputado, analisar os dados comparativos que o Governo fez em relação à governação anterior.

Como eu não sou das Finanças e não conheço os dados das Finanças, não conheço os cantos das Finanças, os bastidores das Finanças, eu gostaria que os técnicos das Finanças me dissessem se os dados constantes nestas propostas são ou não verdadeiros, porque, por aquilo que o Deputado Osvaldo Vaz fez transparecer, o que está cá não é verdadeiro. O verdadeiro está nas Finanças! Portanto, é uma questão de confirmação. Eu gostaria que me confirmasse, realmente. O que vejo é, se nós formos para os agregados macro económicos comparativos que estão nesta proposta, portanto, aqui diz que o PIB nominal, em 2018, era de 8.619 milhões de dobras, talvez mil milhões de dobras, o que correspondia ao PIB de preços constantes. Ver o quadro dos pressupostos que está cá, está aqui escrito «em relação a 2018, correspondia a 2,9% do PIB. Em 2019, em relação a 2018, o PIB foi de 2,2%, quer dizer, menos que 2018. Em 2020, o PIB foi de 3,1%, cresceu! A estimativa para 2021 é de 2,3%. Isto é o que o Governo diz aqui nos pressupostos macros económicos. Ninguém está a inventar dados. Ninguém!

Esta é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, eu tenho uma dúvida e eu gostaria que me esclarecesse, sobre o capítulo das receitas. Nós ao nível da Assembleia demos uma autorização legislativa ao Governo, para introduzir, no Sistema Tributário nacional, dois impostos novos. Ou seja, um que tinha sido retirado, mas depois voltou a ser introduzido, que se trata dum imposto especial de consumo, o IEC, e um imposto de selo. E esses impostos foram introduzidos no Sistema Tributário. Mas, infelizmente, na Lei do Orçamento, eu procurei alguma citação, ou algum artigo que pudesse falar da introdução desses impostos para o próximo ano, e para dizer que o Decreto Lei n.º 27 entrou em vigor após a sua publicação, quer dizer, antes de 2022. Entrou em 2021 e devia haver alguma menção, algum esclarecimento sobre essa questão de novos impostos.

Outra análise que eu faço deste Orçamento, como Deputado, é um Orçamento com uma forte carga fiscal! Um aumento considerável da carga fiscal. E, em termos de Grandes Opções do Plano, eu não vi nenhuma medida de política que vise atenuar os efeitos dessa carga fiscal na vida das pessoas. Não há nenhuma medida de política que o Governo pretende implementar que visa atenuar o impacto do aumento dos impostos na vida das pessoas.

Outra questão, no âmbito daquilo que é a execução, e também gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, nós vimos que os donativos, quase não entraram para o País, nesse período, no ano 2021. Ou seja, houve uma fraca entrada de donativos. Mas nós estamos a prever para 2022 o dobro daquilo que foi programado em 2021. Eu gostaria que me dessem alguma explicação, para que eu possa entender. Se não me deram dinheiro, no ano que eu havia programado 60 milhões ou 200 milhões, eu não consegui atingir os 200 milhões, não me deram, e eu estou a prever um donativo no valor total de dobro daquilo que eu

programei para o ano 21! Quer dizer, se eu não consegui receber metade do que eu programei para o ano 2021, como é que eu vou conseguir receber o triplo daquilo que eu programei para o ano 2021, no ano 2022?

Eu gostaria de obter alguma explicação sobre como é que esses donativos vão aumentar.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, eu estou preocupado com o funcionamento de algumas instituições também e com aquilo que eu vejo no Orçamento em relação à questão de infra-estruturas, despesas de investimentos. Nós atribuímos a diversos itens, ou a diversas classificações orçamentais de infra-estruturas, a fonte de recursos, a fonte de financiamento para vários programas de infra-estruturas que temos. E essas fontes atribuídas em 2021, infelizmente, não garantiram aquilo que o Governo esperava. Ou seja- essas fontes de financiamentos, os valores não entraram e logicamente isso tem impacto no comprimento das obras que o senhor propôs fazer. Por isso, eu gostaria que o senhor me esclarecesse por quê essas mesmas fontes de financiamento se mantêm em 2022? Como vamos cumprir, se não conseguimos cumprir em 2021? Se esses parceiros não nos deram dinheiro em 2021 e mantêm-se os mesmos programas com os mesmos parceiros para 2022, quer dizer que estou em risco de não voltar a cumprir, de não voltar a fazer o que proponho para 2022. Esta é a primeira questão.

Outra questão que eu gostaria de esclarecimento, eu vejo no quadro das receitas, principalmente das dívidas, uma denominação nova, porque só aparece nesta Proposta de Orçamento, que são os chamados «passivos contingentes». Por isso, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro me esclarecesse o que é isto de «passivos contingentes», qual é a sua origem e como é que isso aparece agora.

Eu gostaria que me esclarecesse isso e depois terei mais perguntas a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiros, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, eu interpelo a Mesa para fazer referência ao artigo 209.º, tendo em conta que estamos no debate das GOP e do OGE, no debate, mas até agora não estamos sentir o debate. O que estamos a assistir são perguntas e o Sr. Primeiro-Ministro está a tomar notas para depois dar resposta. Nós não estamos no âmbito do artigo 229.º, que são perguntas e respostas. Até porque gostaríamos de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, para podermos também criar outras ideias para debatermos. Eu gostaria de ver o debate deste Orçamento, tendo em conta que é o último Orçamento deste Governo.

O Sr. **Presidente** :— Esta é uma interpelação à Mesa ou convite ao Primeiro-Ministro? Porque a Mesa está a conduzir os trabalhos de acordo com o Regimento. A Mesa só da palavra a quem pedir. Se o Primeiro-Ministro não pediu, a Mesa não pode impor.

Murmúrios.

Está bem, a Mesa não pode impor. Por isso que estou a perguntar se é um convite.
Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Técnicos e Povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde. Gosto sempre de dizer, que a paz esteja connosco!

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi aqui que alguém teria falado em saudades. Também alguém teria dito que «saudade é tudo que restou de quem não ficou. O Senhor está cá connosco, pronto a responder às questões, não teremos necessidade de ter saudades suas!

Permitam-me, muita gente não gosta de utilizar este termo, sobretudo neste púlpito, mas eu o utilizo, porque são coisas que conhecemos: «camaradas, companheiros e amigos».

Um pouco na sequência de que a Deputada Celmira teria dito, permita-me dizer que o povo não espera isso de nós. Não é isso aí! Estamos no debate na generalidade, para colocar questões próprias, enquadramento no OGE e não desta quase que politiquice, que não nos vai ajudar em nada. Nós conhecemos a realidade do País, e eu gosto de dizer que, se quisermos realmente que o País...

Murmúrios.

Sra. Deputada, quando for o seu momento, venha cá, se me faz favor.

Quando nós conhecemos a realidade do País, conhecemos as necessidades que o País tem. Falou-se aqui de crescimento, taxa de crescimento que foi de 3%, em 2021, e, em 2022, está-se a prever 2.3%, uma diminuição, naturalmente. Porquê? Sabemos que recebemos alguns apoios e donativos. Quem nos garante que vamos receber agora? Qual é a previsão? Sabemos que o País não produz. Então, vamos propor medidas agora, vamos pôr-nos juntos, de acordo, nas grandes questões do País, porque é isso que povo espera de nós.

Nós não estamos a produzir e, daí, sabemos que vai diminuir, então, venha aqui dizer: eu proponho isso, aquilo e aqueloutro. Já sabemos que não estamos a produzir, o crescimento interno é nulo ou quase. Como é que será? Vamos continuar a discutir assim? Até não é mal, só que não nos vai levar a nada. Não é isso

que se espera. Portanto, precisamos de focar no essencial, sabendo que o Orçamento é uma previsão. Nós não temos em mão. *Non ná tē gēlu fá! Celá um flá ni língua de santomé piquena, punda...*

Outra coisa, Sr. Presidente, aqui as vezes utilizamos linguagens, pronto, estamos no Parlamento e é mesmo para falar, mas utilizamos linguagens muito técnicas. Como se diz aqui, o povo pequeno que nos quer ouvir, precisa saber. *Zentxi é, non ná tē gēlu fá. Andegi mé, non sêbê cumá non na tē gēlu fá, téla na cá ploduzi fá. Non ná tē iô quá pá non bēndê, ô pá non pê ni mon nón. Non sá cá guadá pecadô cu cá dá non gēlo. Non cá tá lá táçõdu, minda quá cu non cá tē naí, non cá somá, somá, somá. Nón cá tintin lumá pá nom pô piá xi non cá tē mina quá. Magi maxi montxi dê cá bi, nón na tē ni mon nón fá. Elê mandá quá sa scá dá axi.*

Antón, bomu tomá sténsu, bomu zuntá cabeça mó di feçu di baçola, pá plopô midida pá non tē ideia de começa cá ploduzi quá cu tela cá dá, quá cu nom meçê.

Andegi mé, óla non fé Plojeto Bomu Chimiá Pá Non Bê Quá Cumé, tudo ningué flá cuma plojeto sé ná cá dá fá. É tē pecado cu tchilá convleçón vom-vom.

Este é o momento de pensarmos diferente, porque o povo espera isso de nós.

Já se disse também que «quando a oposição é fraca, acaba por ajudar a fragilizar o Governo». E precisamos de ajudar a nossa oposição a se opor melhor. Precisamos! Mas não instigando sindicatos, instigando grupos para fazer confusões, para paralisar os serviços, como estamos a ver aqui, que depois resultam em questões sociais de conflito, o que não ajuda em nada.

Então, este é o momento, se quisermos o crescimento na realidade, vamos propor.

Nós sabemos o que está a vir, é donativo, estamos à espera. Não vamos nos iludir! Podíamos dizer mais coisas, mas não vamos nos iludir. Há um deputado lá ao fundo, esqueço o nome dele, mas gostaria de dizer-lhe para vir cá tecer algumas considerações que acha normal. Se eu lembrasse o nome, eu diria aqui. Não fica lá, *tchu, tchu, tchu*, porque não ajuda. Homem grande, com cabelos brancos, a pintar manta desta maneira, o País não precisa mais!

Os meus colegas lá fora, há momento que eu sinto vergonha. Então, faça favor!

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael do Espírito Santo.

O Sr. **Esmael Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para saudar o povo de São Tomé e Príncipe, as Sras. e os Srs. Deputados, também o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco e os caros Técnicos: Andei a observar o OGE, percebi que, no quadro daquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro, ligado às inflações, eu não sei como é que o Sr. Primeiro-Ministro entende que nós melhorámos em termos de inflação, se quase tudo subiu! Os preços de todos os produtos quase duplicaram no mercado. Não sei se o senhor compra no outro lado, mas quero fazer-lhe saber que o povo já não está a aguentar. O senhor vem aqui dizer que, em termos de inflação, nós melhorámos. Eu não sei que juízo o Sr. Primeiro-Ministro faz sobre a inflação.

Há uma questão que dei conta no OGE, estamos a falar de cálculos. Há quem tenha vindo aqui falar de cálculos, não entendo também de matemática. Para dizer o quê! Eu vi no OGE uma estrada de 22 km com um valor de 6 mil milhões e qualquer coisa, e outra de 3 km com o valor de 5 mil milhões. Que tipo de cálculo é esse, minha gente! Isto é grave! Eu acredito que o Ministro das Obras Públicas, que é responsável pela construção de estradas, o INAE e outras empresas, devem fazer melhor os cálculos. Não temos que brincar com o erário público.

Eu vi, eu vi...

Protesto do Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

Sr. Deputado, deixe-me! Esteve cá e pediu para ninguém o interpelar. Eu penso que, quando se faz o Orçamento para que os Deputados aprovelem, devemos fazer-se um orçamento real, sem esses números que não justificam, com o dinheiro do povo, sem brincadeiras!

E eu vou citar: a estrada de Claudino Faro, com 22km ou 24 km, tem um valor de 6 mil milhões. A estrada do Bairro Verde para Quinta de Santo António, com o valor de 5 mil milhões. Não pode! Este é Orçamento, minha gente? É brincadeira!

O Sr. **Presidente**: — Foi aqui recomendado que estamos no debate, portanto, debate é contrariedade. Debate, na sua perspectiva construtiva, é contrariar e apresentar propostas concretas, como alternativas. Não apenas perguntas e respostas. Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Carlos Pinheiro. Portanto, contrariedade, debate, mas também de forma construtiva, contrariar e apresentar propostas concreta, para que o outro venha também contrapor a proposta que foi apresentada.

Nós devíamos concluir os nossos trabalhos às 14 horas, se começássemos às 9 horas. Infelizmente, começamos às 10 horas. Eu compreendo que há alguns Deputados que chegam à hora e outros não. Portanto, temos que chegar a um consenso, porque já não temos tempo para suspender e retomar, salvo se a planária assim decidir. Podemos ir até às 14 horas directo ou suspender às 13 horas e retomar às 14 horas e 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Boa tarde, Sr. Presidente.

Já agora, Sr. Presidente, aproveito para lhe desejar uma rápida recuperação. Portanto, estivemos juntos e vi o quanto sofreu, mas mesmo assim fez um esforço para representar o País nesse acto tão importante, que foi a Assembleia Geral da União Interparlamentar (UIP). Portanto, para si e para bem do País desejo que rapidamente se recupere.

Excelência, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados, a todos presentes, não sei se terei a oportunidade ainda este ano, vou aproveitar já para desejar a todos, sem excepção, e a toda a população de São Tomé e Príncipe, em geral, e em particular e muito especial aos meus irmãos do Príncipe. Que tenham um Natal Feliz e que o Ano Novo seja de facto novo, com coisas novas, com realizações, com muita saúde e muito sucesso para a toda gente.

Entrando, no debate no OGE, eu tenho um vício, toda a gente tem vícios. Um dos vícios que tenho nesta Casa Parlamentar é olhar muito mais para questões do Príncipe. Sempre que pego no OGE, independentemente de uma análise geral, o foco está naquilo que é atribuído à Região Autónoma do Príncipe. O que vi lá inscrito, Sr. Primeiro-Ministro, eu não vou entrar aqui muito em debate sobre essas rubricas, mas apenas pedir ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo a execução, porque, se formos ver à semelhança de outros distritos do País, todos com as necessidades que existem, nenhum orçamento chega a atingir o objectivo preconizado por qualquer dirigente, neste caso o Governo Regional. No entanto, aquilo que está inscrito, se tiver uma boa execução, daqui a uns meses poderemos estar também a dar alguma alegria à população. Por isso, em relação a este Orçamento, tudo que eu quero pedir encarecidamente ao Governo é que haja uma boa execução. Que o Governo Central se diligencie, no sentido de que haja uma boa execução deste Orçamento, para o bem da população da Região Autónoma do Príncipe.

Dois questões que quero levantar aqui. Nas GOP, o Governo tem atenção a uma série de questões, que de facto são importantes, mas tenho que chamar atenção do Governo para o seguinte: no que toca a protecção civil, vejo aqui a prevenção e combate a incêndios, de facto, isto é uma preocupação, mas o que quero chamar atenção do Governo é que, para o Príncipe, o combate ao incêndio, neste momento, não é possível com aquela viatura bombeiro que lá está. É uma viatura bombeiro velha, que várias vezes sai e não chega ao destino. Por isso, gostava de fazer um pedido directamente a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e pedir também a sensibilização de toda esta Assembleia, para que, na especialidade, porque não vou estar presente, se fizesse um esforço para incluir, neste OGE, uma viatura de bombeiro com condições para a Região Autónoma do Príncipe.

Existem várias rubricas de aquisição de viaturas, peço ao Governo que faça análise, se de facto todos esses sectores precisam dessas viaturas e se não é mais importante adquirirmos uma viatura de bombeiro para a Região Autónoma do Príncipe.

Peço aqui a toda esta Assembleia para que façamos um esforço e coloquemos, já no início do próximo ano, uma viatura de bombeiro em condições na Região Autónoma do Príncipe. Porque, neste momento, infelizmente, se houver um incêndio de grande dimensão, o bombeiro que lá está não conseguirá dar cobertura.

Uma outra questão é relacionada com a Protecção Social. é uma iniciativa sem dúvida muito boa do Governo, atribuir um subsídio às pessoas mais miseráveis, que viram a sua situação a se agravar com a questão da Pandemia, mas há uma chamada de atenção que eu quero fazer. Eu felicito o Governo por essa acção e pela sua continuidade e peço ao Governo que diligencie para que se consiga financiamento para que esse projecto se torne mais longo possível, porque as pessoas de facto precisam. Mas também eu chamo atenção, porque o projecto tem deixado muita gente feliz, mas em alguns casos também tem trazido algumas infelicidades para algumas pessoas. Estou a me referir às pessoas que têm perdido o documento ou o código.

Neste momento, existe um número considerável de mães carenciadas impedidas de fazer o levantamento do dinheiro, porque perderam o código ou o cartão. Eu, por exemplo, já vi um mãe carenciada a chorar, quando lhe disseram que o cartão perdeu e código perdeu ela não tem solução, terá que esperar. Esse processo foi feito de tal forma, porque já solicitei, demora muito para recuperar um código ou um cartão. Não deveria ter sido feito dessa maneira. Acho que há que se arranjar um outro mecanismo. Tive a informação de uma fonte segura, que o dinheiro não perde, vai-se acumulando, menos mal, mas se formos analisar estamos a falar de pessoas carenciadas que não estão interessadas em acumular dinheiro, porque têm necessidades, precisam do seu dinheiro a cada momento que é disponibilizado.

Por isso, Sr. Ministro, eu lhe peço encarecidamente, estamos no mês do Natal e há muita mãe carenciada que está a fazer conta com esse dinheiro para ter um Natal razoável. Então, que arranje um mecanismo alternativo, porque se estiverem que esperar o processo que vai até Portugal para vir os códigos e cartões, elas não irão conseguir levantar o dinheiro.

Portanto, peço ao Sr. Ministro para arranjar um mecanismo alternativo, para que toda essa gente possa levantar o seu dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia Nacional, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, o que trouxe hoje para o debate das GOP relaciona-se com a questão da agricultura, pecuária e pesca, que ninguém não fala e nem está interessado, mas cuidado para que o matagal não venha até à cidade. Porque todas as pessoas estão a discutir questões da Administração Pública, dinheiro, mas é muito perigoso, porque se o agricultor colocar na mente esse tipo de política que se está a fazer, será um desastre em São Tomé e Príncipe. Nós da agricultura não pensamos assim.

Sr. Ministro da agricultura, quero felicitá-lo, porque não atingimos 100%, mas demos um ou dois passos em frente.

A minha política é para o desenvolvimento, sou da juventude de 1975, já tenho outro tipo de pensamento que é política para o desenvolvimento, e não o que tem acontecido agora no nosso país.

Quero felicitar o senhor mais uma vez, e todos os técnicos do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, e todos os médios empresários, trabalhadores e criadores de animais. Nós passamos muito mal nesses 2 anos de pandemia Covid-19. Sofremos no confinamento, mas não olhamos para isso, porque estivemos a trabalhar todos os dias.

Também para felicitar os taxistas e motoqueiros, que são os nossos parceiros de desenvolvimento. 2, 4 horas da manhã, são os taxistas que recolhem e levam todos os produtos ao Mercado de Bobó Forro. Vão lá ver como é que o mercado está tão bonito.

Se o agricultor tivesse o critério de pessoas formadas, em São Tomé, esse país acabaria. As pessoas que foram formadas não estão a contribuir para este país.

Risos.

Vocês foram formar, mas não estão a contribuir.

Eu estou habituado com outro lema. Eu trabalhei com Pinto da Costa, em 1975. Os trabalhadores é que trabalharam para vocês irem fazer formação, mas vocês não estão a contribuir para o trabalhador.

Meus senhores, eu quero dizer-vos, vamos ter outra mentalidade! Se não, este país está acabado. Se o agricultor, qualquer dia parar, isso está acabado.

E eu quero dizer-vos, façam a política *Bamu Ximiá Pá Non Bê Kwa Kumé*. Foi uma política estruturante para todo o povo de São Tomé e Príncipe. Há pessoas que estavam a dar mal desse projecto.

Esse projecto tem cinco eixos.

Risos.

Uma voz: — *Qua sá quê quá ê?* Ou é dinheiro.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Esse projecto tem dia a dia, presente, futuro e tem o que há-de vir. Vocês estão a pensar no que há-de vir?

Risos gerais.

Não estão a pensar!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Vocês estão a pensar o que há-de vir, o que está por detrás dessa pandemia? Estão a pensar?

Olhem, se toda a massa cinzenta que está a estudar quer a Função Pública, então este país está acabado, porque eu não sei quantos funcionários o governo pode empregar neste país, e o matagal a cada dia está a chegar à cidade!

Vocês não estão a contribuir para este povo, não estão a contribuir para os pescadores, não estão a contribuir para os agricultores, não estão a contribuir para as *palaiês*.

Meus senhores, vamos fazer política que o povo percebe!

O povo está mal, mas temos que trabalhar! *Ximiá só ká dá tê.*

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eu quero felicitar o António Dias, quero felicitar o Sotocal, o médio empresário Tiny, Santo Amaro, Bela Vista, Felagril, que sou eu. Nós vamos continuar com este Governo, vamos fazer chegar a produção e a produtividade até 50%.

Meus senhores, hoje eu vou parar por aqui, amanhã eu vou discutir a exportação, importação e conservação.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, aquilo que o senhor disse da sua doença, estou muito triste por se. O senhor é um gestor mais alguma coisa!

Ó senhor, o santomense não quer quem trabalha.

Risos.

O Sr. Primeiro-Ministro pode levantar São Tomé e Príncipe e pôr na cabeça hoje, dar voltas, amanhã de manhã vão dizer que não fez nada.

Calma senhor, vamos enfrentar, o senhor vai ganhar mais as eleições.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, o Deputado Pinheiro tinha dito que nós estamos numa questão de pergunta, pergunta, pergunta, mas na minha intervenção pedi alguns esclarecimentos, porque antes dos debates, se há dúvidas, primeiro deve-se esclarecer as dúvidas, para depois entrarmos nos meandros do debate.

Portanto, é isso que eu queria pedir ao Sr. Presidente da Assembleia, que pudesse facilitar a intervenção do Governo, no sentido de esclarecer algumas questões que foram postas.

Agora, aludindo à intervenção do meu colega Felisberto, só gostaria de pedir-lhe uma coisa: por favor, não traga o mato para a cidade, porque nós já somos acusados de estarmos a dar cabo da cidade.

Não traga o mato para a cidade, por favor!

Risos e aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Portanto, há uma interpelação, neste caso, podemos considerar, para que o Governo possa esclarecer algumas questões que foram aqui levantadas.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, ou quem este indicar, para esclarecer algumas questões que foram aqui levantadas.

Uma voz: — *Deçu cá dá sum vida cú saôji*

Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus): — Na devê fá ê.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Naturalmente que nós estamos num debate, e o Governo está aqui precisamente para poder dar resposta àquilo que for necessário. É por isso que nós não fugimos aos debates. Portanto, sempre que as Sras. e os Srs. Deputados nos convocarem, estaremos aqui.

Na política, infelizmente, há muito cinismo, há muita hipocrisia, mas a política também tem ética, é também a escola de ética, onde se aprende também o bem.

Eu gostaria que não se recebesse lições de ódio, eu prefiro cultivar o amor. É disto que São Tomé e Príncipe precisa.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Portanto não vou entrar neste terreno de ódio, porque é muito lamacento.

Uma voz: — Não é fácil.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Enfim.

Eu gostava de dizer que, nas Urgências, os trabalhos já retomaram. Eu sei que muita gente gostaria de bater palmas para que as coisas continuassem a complicar, mas a Urgência é um serviço que faz muita falta. A Urgência do Hospital Ayres Menezes não pode parar 1 minuto se quer, porque o povo precisa desses serviços, e já retomaram.

Relativamente aos trabalhos que eram para ser feitos no Sábado, sobretudo a colocação dos aparelhos de ar condicionado, por razões da chuva, o temporal que houve, a empresa Electrofrio não o pôde fazer, mas está neste momento também a tratar disso. Portanto, pouco a pouco, a gente vai avançando.

Foi levantada aqui uma preocupação quanto aos financiamentos, talvez falta de algum traquejo, de alguma habilidade do Governo, em poder mobilizar financiamentos. Eu não tenho muita saudade, nem acho que este país tem recordação dos financiamentos que foram mobilizados no governo anterior. Possivelmente, se tivessem mobilizado tanto financiamento assim, eu não teria essa herança pesada que

eu tive em 2019, ou pelo menos a partir de finais de 2018. Muita coisa já estaria resolvida. Há o princípio de continuidade do Estado, continuamos a honrar os compromissos, a pagar as dívidas que nós encontramos. Continuamos a fazê-lo. Portanto, tentamos, na medida do possível, mobilizar, e conseguimos fazê-lo. O que acontece é que, em 2019, tendo em conta a degradação dos indicadores macroeconómicos, porque nós chegámos e encontrámos logo a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi uma negociação muito difícil, muito dura, e só conseguimos o acordo em Outubro de 2019, já praticamente no último trimestre. Isso é que explica a degradação, ou fraco desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de 2.2. Porque sem conseguir o acordo com o FMI, outros parceiros também não dão ajuda ao desenvolvimento, nem os créditos. Portanto, é isto que aconteceu em 2019.

Tentam crucificar este Governo de que foi o PIB mais baixo, mas só aconteceu por causa dessas negociações.

Penso que os entendidos na matéria continuem a informar com verdade.

Bom, eu não preciso dissertar muito sobre os problemas crónicos e estruturais deste país, relativamente ao desfasamento entre receitas e despesas. E todos os governos passam por esse caminho e sabem, porque a realidade é esta, há sempre menos receitas do que despesas. Isso é que explica constantemente os défices primários.

Mas em relação a este Governo, só para apontar alguma mobilização, sem precisar de viajar muito, nós mobilizamos sim senhora. Para o Projecto de Apoio a Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN) nós conseguimos mobilizar junto do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e outros pequenos parceiros, por volta de 25 milhões de dólares para a agricultura. É um facto, é indesmentível, não dá para fazer política com isso.

Nós conseguimos, através do Fundo Global, mobilizar 14 depois mais 4, para a Saúde, relativamente à Luta Contra o Paludismo, no sentido de se erradicar o Paludismo, HIV/SIDA e a Tuberculose. É outro dado indesmentível.

Nós conseguimos mobilizar e a estrada n.º1 está em curso, representa mais de 10 milhões de dólares. É uma estrada que está a ser feita de raiz para os próximos 20 anos. As obras estão em curso. Quem passar por entre São Pedro, Guadalupe, vê esse investimento, entre outros que nós fomos mobilizando.

Em relação à mitigação do impacto da Covid, em 2019, este Governo não sabia que iria haver Covid. Nós não temos o dom de sermos videntes. Portanto, a Covid apanhou toda gente, todos os países em contramão, mas conseguimos mitigar, junto das famílias, e antes mesmo de 2020. Em 2019, nós conseguimos mobilizar para as 2600 famílias vulneráveis, mulheres mães de família, financiamento, dando resposta ao Programa do Governo, que era de rendimento mínimo de inserção social.

Em relação ao programa de mitigação Covid, conseguimos mobilizar cerca de 8 milhões de dólares, para resolver o problema de 16 000 famílias, durante 9 meses. É um programa que, em princípio, deve terminar em Março, mas, por antecipação, já estamos a negociar, e a negociação está bastante avançada, com o Banco Mundial, para mobilizarmos mais 12 milhões de dólares, para completar de Maio até 31 de Dezembro. Isto é um ganho para essas famílias, pois o programa não vai terminar em Março, vai continuar até Dezembro. Ao invés de 9 meses, vai passar a ser 18 meses. Portanto, isto é mobilização de financiamentos, é um dinheiro que São Tomé e Príncipe não tem, e que é preciso alguém mobilizar.

Portanto, tudo isso são investimentos que o Governo vai fazendo, mas depois há outros pequenos financiamentos.

Relativamente à juventude, junto do PNUD, há muita coisa que está a ser feito a nível de empreendedorismo. Inclusivamente, muito brevemente o Centro de Incubação vai terminar, portanto, são cerca de 300 000 dólares que foram investidos para os jovens. Mas também conseguimos, no edifício ao lado, instalar o guiché único, poupando ao Estado 1500 euros todos os meses, um dinheiro que os governos tinha dificuldade em pagar.

Nós conhecemos a realidade deste país, nós conhecemos todos. E eu acho que a Covid veio mostrar-nos que é preciso quebrarmos paradigmas. Vamos fazer política de outra maneira, independentemente de quem estiver no poder, porque não há milagres, se não nos dermos as mãos.

Eu vou pedir ao Ministro das Finanças, para responder às outras perguntas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Engrácio da Graça): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Caras e Caros Presentes, boa tarde.

Eu quero começar de trás para frente, porque assim poderei conseguir melhor enquadramento para as questões aqui levantadas.

O Sr. Deputado Ismael levantou a questão referente a inflação que, no seu entendimento, não tem impacto na vida das pessoas, o povo não aguenta mais. Nós projectámos uma inflação na ordem de 7.5%, e esta teve mais a ver com, como todos devem saber, há um aumento brutal no preço do petróleo no mercado internacional e, ao mesmo tempo, há um aumento também do próprio preço do transporte marítimo.

Como todos devem recordar, há algum tempo a esta parte São Tomé tem estado na rota da pirataria. Logo, o frete de navios que ficava 5 ou 6 000 dólares, está a quase o dobro ou o triplo, sem falar do próprio aumento do preço de cereais nos mercados internacionais. Com esses aumentos, e contrabalançando também, e ainda bem, o mercado interno, temos o projecto COMPRAN que já está em curso, temos o Zunta Mon, temos as fileiras do café e do cacau, ou seja, contrabalançando esses dois lados da balança, por um lado o aumento do preço no mercado internacional, da soja, do aço, e ao mesmo tempo um bom desempenho do COMPRAN, que faz com que tenhamos uma inflação na ordem de 7.5% para o ano 2022.

É bom clarificar ao Deputado Ismael Espírito Santo, relativamente aos preços. Os orçamentos diziam que a estrada de Guadalupe estava a 10 ou mais milhões de dólares, quando Claudino Faro/Bernardo estava a 5 milhões. Há uma grande diferença. Uma coisa são estradas asfaltadas e outra coisa são estradas em terra batida. Por isso, não é bom estar a fazer confusão, é bom que isso fique claro, temos que comparar aquilo que é comparável.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos levantou a questão dos passivos contingentes, uma questão mais de clarificação. Podemos ir para a página 29, só explicação. Se temos a dívida do sector público, que está na ordem de 571 milhões de dólares. Se somar a dívida externa de 300 mais a dívida interna, vai dar 398. E se somar com o passivo, dá os 531. Passivo é o quê? Passivo são aquelas garantias que o Governo dá às empresas, neste caso, a EMAE, a ENASA, ENAPORT e outras, quando vão ao banco.

O Governo, dando essas garantias, como no passado fez, se eventualmente essas empresas não pagarem essas dívidas, então alguém tem que pagar, ou seja, quem deu essas garantias. Então, tem que estar aqui já previsto. Não quer dizer que necessariamente elas vão ser realizadas, porque se as empresas cumprirem, não haverá necessidade de utilizá-las. Mas é bom que elas ficam já aqui, são na ordem de 172. Por isso essa soma dá os 571 do stock da dívida que nós temos.

O Sr. Deputado diz que houve no Orçamento um aumento da carga fiscal. Nós não temos aqui um aumento da carga fiscal, temos sim uma necessidade de financiamento. O Governo está atento a essa situação e, por estar atento, vou dar só uma nota explicativa.

Com o PIB que temos *hoje*, 12.2 bilhões, se nós fomos cobrar qualquer coisa como 17% deste PIB, que o normal ou razoável que se deve cobrar da riqueza criada, 12.2, se nós cobramos 17 ou 19%, que é o que se tem que cobrar, e nós estamos abaixo, estamos a 12, 13%, mas se cobramos 17, quer dizer que temos que aumentar a carga, e não estamos a fazer isso, não estamos aumentar a carga. Só em receitas correntes teríamos qualquer coisa como, ou seja, aplicar os 17% sobre o PIB, teríamos uma receita corrente na ordem dos 2 mil milhões. O que temos hoje é mil setecentos e setenta e poucos. Isso quer dizer que não estamos com uma carga fiscal alta. Carga fiscal alta seria se nós estivéssemos a aplicar a pressão fiscal, ou seja, os tais 17% sobre o PIB.

Outra questão que o Deputado Arlindo Ramos levantou tem a ver com o *imposto* especial do consumo (IEC), e também o imposto de selo. Penso que nós devemos corrigir, porque quando se pediu a autorização legislativa para legislar em matéria do IEC e do Selo, foi no sentido, eu tive a oportunidade de explicar aqui, desses dois instrumentos entrarem em vigor assim que o IVA entrar em vigor. Ou seja, não estando o IVA ainda em vigor, essas matérias, esses dois impostos, necessariamente, não entrarão em vigor. Isso quer dizer que nós temos que fazer uma alteração, um procedimento, para que só entrem em vigor assim que o IVA entrar. Nós estamos aqui abrir o imposto de selo, porque com o IVA não teremos mais imposto de selo, o novo imposto de selo prevê o imposto de selo apenas para algumas matérias específicas, e também o IEC a mesma coisa. Por isso, o Governo tem que tomar alguma atitude, para que esses dois impostos só entrem mesmo em vigor assim que o IVA entrar em vigor.

Os donativos, não sendo possível mobilizarmos recursos internos para não subcarregar, para não trazer mais sacrifício à nossa população, então o Governo tem que fazer um esforço grande para mobilização dos recursos externos, sobretudo priorizando os donativos.

É evidente que, se no ano transacto houve alguma dificuldade nessa mobilização, para 2022 é preciso o Governo reinventar todo processo, para que possamos priorizar os donativos.

Está em curso um conjunto de negociações com parceiros, e temos já algumas garantias de que efectivamente, para 2022, possamos ter alguns recursos por via dos donativos, que é o que tem que ser, porque não temos capacidade, em termos de endividamentos.

O Sr. Deputado José António falava de dívidas com a Comissão Eleitoral Nacional. Existe um processo de clarificação, porquanto a Comissão Eleitoral se engajou nalgumas dívidas com os agentes, alugueres e não só, mas neste momento os serviços das Finanças estão a trabalhar o assunto, porque é preciso fazer alguns esclarecimentos. Poderão haver aqui os valores que já foram pagos, porque os pagamentos da Comissão Eleitoral foram feitos em tranche, neste momento há um processo que se está a fazer, é um calhamaço que estamos a analisar, e assim que concluirmos essa análise, esse trabalho, aqueles montantes que forem apurados, serão pagos ao pessoal da Comissão Eleitoral Nacional. E aproveito já a oportunidade para pedir alguma tranquilidade, porque estamos a trabalhar com recursos alheios, dinheiro, então temos que fazer uma boa gestão, temos que analisar, porque há coisas que já foram pagas e que não foram pagas, e não faz sentido correr a pagar. Depois quem processar é que poderá ser responsabilizado.

Esta é a situação que estamos, relativamente às dívidas da Comissão Eleitoral Nacional.

No que toca ao ajuste salarial, não posso aumentar muito a massa, porque não temos recursos. Volto a dizer, com os mesmos recursos é que temos que fazer a melhor distribuição. Não podemos melhorar a vida de um, se não prejudicar a do outro. Se nós quisermos melhorar um, temos que tirar do outro, porque não

podemos aumentar a massa. Então, isto quer dizer o quê? Quer dizer que há um trabalho sério que está a se feito, para que sentemos à mesa com todos os sindicatos, isso já foi feito, já houve o convite a todas instituições, todos sindicatos, para sentarmos à mesa, para analisarmos todos esses processos. Porque antes de mais, caros Deputados, o que é preciso fazer aqui, sem demagogia, é uma análise do lado das receitas e também do lado das despesas. E temos que ver hoje as despesas que temos, se essas despesas servem mesmo para aquilo que queremos e se temos recursos para pagar essas despesas. Então, tem-se que fazer uma avaliação profunda do lado das despesas e logo a seguir fazer do lado das receitas, ou seja, onde vamos buscar recursos para completar as despesas que temos hoje. Será que as despesas que temos hoje são suportáveis a curto, médio e longo prazos? Então, é um exercício que estamos e vamos continuar a fazer com os sindicatos e no final desse exercício teremos decidir o que fazer, em termos de melhorar sobretudo o pessoal de base, porque o problema está aonde? O problema está na base. Então, é preciso fazermos este exercício.

O Deputado Américo Ramos colocou um conjunto de situações, porque cresce 3.1 em 2020 e 2.3, sendo 2020 o ano da pandemia. É evidente que acabamos as negociações com o Fundo no final de Setembro, Outubro de 2019 e tomámos um conjunto de medidas fiscais, como devem compreender. Devem recordar-se que o Governo ajustou a taxa de imposto sobre as telecomunicações, sobre a parcela a bater, um conjunto de coisas. Se formos analisar, aliás a análise que a Comissão fez regista algum ligeiro aumento em termos de receita, isto somando com um conjunto de recursos que tivemos de diversos parceiros, e o investimento que o Governo fez nas obras públicas, não só, os apoios de *lay-off*, aqueles apoios que tivemos aos informais, aumentou a capacidade das famílias, aumentou a capacidade das empresas, o pagamento também das dívidas das empresas, ocorreu naquele ano por conta de recursos que tínhamos recebido, e as empresas continuaram a fazer investimentos. Se nós também somarmos isto com a devida correcção, porque havia um problema, os investimentos muitas vezes não eram registados, então, a Direcção do Tesouro, a Direcção de Património, a Direcção de Estatística, a Direcção de Contabilidade, ou seja, todas as direcções do Ministério das Finanças, desdobram-se em trabalho para registar muitíssimos investimentos que não tinham sido registados, e outros até feitos naqueles exercícios. Por isso, nos cálculos finais que tivemos, e isso avaliado pelo FMI, avaliado pelo Banco Mundial, avaliado pela União Europeia, deu-nos um crescimento de 3.1, que ninguém contestou, e foi registado.

O próprio FMI, que faz avaliação constante, não pôs em causa essa avaliação, esse crescimento de 3.1. É evidente que, com essa pressão sobre o preço, a inflação tende a disparar um pouco. Por isso, nós vimos a inflação a situar-se em 8.4. Se todos se recordam, e nós todos vivemos aqui, no momento da pandemia, quando se anunciava que se ia fechar as lojas, nós nem sequer podíamos ir ao CKDO, porque era uma pressão grande sobre as lojas todas, então, essa pressão sobre os preços fez com que disparasse um pouco a inflação, em 2020.

Sobre as reservas líquidas, o programa que temos com o Fundo prevê uma reserva líquida, em que o padrão são 3 meses, é verdade, mas agora está em termos de números. O que temos que ter para reservas líquidas são 24 milhões de dólares, para assegurar a importação. Neste momento estamos com 29 milhões de dólares. É evidente que, sem grandes possibilidades de termos donativos, desembolsos, há sempre essa oscilação das reservas, mediante a disponibilidade de recursos de divisas que vamos tendo, com donativo ou não. E agora, se não tivermos donativos, é claro que há uma oscilação pontual através desse mês em que temos uma reserva ligeiramente inferior aos 3 meses, mas no mês seguinte já teremos uma reserva dentro dos padrões normais. Mas neste momento estamos com uma reserva de 29 milhões de dólares, o que é acima daquilo que estamos a negociar com o FMI.

Relativamente ao recurso ao banco, a emissão do bilhete de tesouro, é evidente que todos nós devemos evitar recurso ao banco, enquanto que a utilização do bilhete de tesouro, no artigo 6.º diz: «O Governo fica já autorizado, durante o exercício de 2022, a emitir título de bilhete de tesouro para financiamento de défice temporário.» Claro, se o Governo tem a necessidade de fazer face à tesouraria temporária, quer dizer que o Governo pode deitar mão sim ao título de tesouro, desde que tenha a capacidade de, porque os bancos também querem ver ressarcidos os seus valores. Situação adversa é a proibição ou o não aconselhamento pelos nossos parceiros de não recurso ao banco para o pagamento de salários, ou seja, nós podemos fazer recurso ao título de tesouro, sobretudo para fazer face aos financiamento dos projecto, desde que seja temporário, com capacidade para que se possa fazer, mas pagamento de salários com recurso aos bancos é de todo reprovável.

E isto mesmo, temos que dar nota aqui relativamente ao pagamento de salários. Nós temos uma despesa de funcionamento mensal muito alta. Temos qualquer coisa como € 5 417 000 00 (cinco milhões, quatrocentos e dezassete mil euros) por mês, o que temos que fazer face, justamente para não recorrermos ao banco. Muitas vezes temos que fazer um compasso de espera, para que à medida que forem entrar os recursos dos impostos que são cobrados, quer na Direcção dos Impostos, quer na Direcção das Alfândegas, ir-se pagando paulatinamente os salários, e não recorrer ao banco, para fazer exercício que é de todo reprovável.

Penso ter respondido a todos os pedidos de esclarecimentos.

Só para terminar, o Banco de Urgência, porque negociamos um caderno reivindicativo com os sindicatos da Saúde, que contempla a aquisição de medicamentos e também a melhoria das condições de trabalho no Banco de Urgência.

Nós contratualizamos com a Electrofrio para este efeito, houve atraso, mas neste momento já estão a montar os aparelhos de ar condicionado no Banco de Urgência.

Relativamente à requisição dos medicamentos, o processo está em curso, o Cocil acabou de dar luz verde para essa contratação e o processo deve seguir os trâmites normais para o Tribunal de Contas, mas é um processo célere e estamos em crer que ainda esta semana teremos todo o processo concluído, para a aquisição de medicamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

Neste momento não temos mais inscritos, mas ainda temos 15 minutos que podemos consumir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é uma questão rápida.

Primeiro, gostaria de agradecer o esclarecimento dado pelo Sr. Ministro das Finanças, mas não fiquei muito esclarecido sobre os passivos contingentes. Acho que a explicação que deu não se ajusta àquilo que foi considerado nesta proposta como passivo contingente, porque temos informações do que se trata. Portanto, era bom dizer tudo que está à volta disso de contingente, para a gente saber o que é realmente. Sabemos que se trata de outra coisa e não daquilo que disse.

Outra questão, quando eu falei dos donativos, dos financiamentos aos projectos, não falei da incapacidade do Governo de mobilização. Não é isto que eu falei. Sr. Primeiro Ministro, desculpa-me, mas eu não disse que houve falta de capacidade do Governo na mobilização, não é isso que eu disse. O que eu perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro é sobre essas fontes de financiamento. Alguns dos nossos parceiros não cumpriram com aquilo que prometeram em 2021 e, Infelizmente, no Orçamento de 2022, o que estava para ser feito com os fundos provenientes desses parceiros continuam com o mesmo parceiro. É esse esclarecimento que eu gostaria de ter, para saber como é que nós vamos resolver esse problema.

E falando daquilo que Deputado Maiquel disse, que nós temos que contribuir, temos que dar, eu acho que este Orçamento é um orçamento de retalho, porque nós, com tão poucos recursos que entraram em 2021, estamos a prever a entrada do dobro desses recursos em 2022, no intuito de fazer tudo que está no Orçamento. Eu sugiro ao Governo que, do pouco que temos garantia, façamos o essencial. Vamos fazer o essencial e não fazer tudo que queremos!

Por isso, acho que no capítulo de infra-estruturas há muitas questões não essenciais que podiam ser adiadas para outras ocasiões, vamos fazer o que nos faz falta, o que precisamos actualmente.

Eu procuro sempre fazer a minha intervenção na base daquilo que está no documento. Sou político e pertença a um grupo parlamentar, faço política, mas faço política com elevação, com carácter e com dignidade. Por isso chamo atenção para essa questão de financiamento. Por quê falo das fontes de financiamento? Nós estamos com dificuldade na mobilização de recursos, particularmente donativos, porque empréstimos serão negociado posteriormente. E o Sr. Primeiro Ministro disse-me que não é preciso sair, não é preciso viajar para conseguir mobilizar os recursos todos, mas se consegue viajar para mobilizar pouco, vamos fazer o essencial com esse pouco.

Contrariamente àquilo que o senhor disse, eu sou são-tomense, felizmente vim do mato, mas não trouxe o mato para a cidade. E felizmente eu falo de coisas que tocam nas pessoas, que eu preciso que sejam resolvidas, e vou só dar um exemplo concreto. Por exemplo, estamos com problemas graves. Eu vejo o Ministério Público a fazer obras, o Tribunal Supremo a fazer obras, e eu sei que vão dizer-me, não, isso não tem nada a ver com o Orçamento, mas se podia usar esse dinheiro para fazer outra coisa, melhor do que estar a fazer essas obras. Só por ser um dinheiro ilícito. É um dinheiro ilícito que o Estado recuperou. E se o Estado recuperou, que o ponha num lugar que o Estado precisa resolver os problemas. Por quê? Porque se nós vamos para os Tribunais, por aquilo que se vê, *é pá*, estão a fazer uma obra do valor daquilo que receberam? Essas obras não representam o valor que receberam. Mas se vamos ver as viagens dos magistrados, as mesmas verbas são usadas para viagens.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, se eu regresso aqui é para reafirmar aquilo que disse inicialmente e clarificar. Quando tomei a palavra, era para confirmar, constatar aquilo que está escrito no documento, comparando com aquilo que foi a abordagem do Sr. Primeiro-Ministro.

Não preciso de ir às Finanças para buscar os números, eles estão lá. Mas falei e o Deputado Arlindo fez referência. São números, e esses números estão no documento. Se a gente soma e compara, não é a mesma coisa. É nesta perspectiva.

Em relação a outros assuntos, por exemplo, eu recuso-me categoricamente a comparar o meu desempenho com o do Deputado Osvaldo Vaz. Recuso-me categoricamente, dos 6 anos que estive no Ministério das Finanças, em fazer uma avaliação entre o meu desempenho e o desempenho do Deputado Osvaldo Vaz, enquanto Ministro das Finanças.

Eu tenho grande respeito pelos funcionários das Finanças, o actual Ministro, os técnicos do Orçamento, e todos eles como meus colegas sabem e podem, aqui ou noutra fórum, testemunhar qual é o meu desempenho, enquanto Técnico e Ministro das Finanças. Por isso, não vim aqui falar de coisas que não são verdadeiras. Falei de números, e o Sr. Primeiro-Ministro falou de números. E vim dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, não faça comparações, porque se nós compararmos um número com outro, há diferença.

O Sr. Primeiro-Ministro veio cá há bem pouco tempo, falou e bem do princípio de continuidade de Estado, ressaltou isso, falou da questão de mobilização. Nós não podemos estar aqui a reivindicar a paternidade de qualquer mobilização, porque são processos. O senhor falou da EN1, este processo começou em 2016/17, com a nova alocação do Banco Mundial para São Tomé, que saiu de 15 milhões para 70 milhões de dólares. Por isso, não vale a pena estarmos aqui... a mesma coisa o COMPRAN com o FIDA, foi uma negociação anterior. Mesmo a questão da ajuda social que o Banco Mundial está a dar agora, o projecto de formação profissional e assistência social, advêm do IDA19. O senhor, no exercício da sua legislatura, melhorou, alterou, pediu reforço, isso é um processo. Nós não podemos estar aqui a reivindicar paternidade desta ou daquela coisa, porque estamos a falar do Orçamento e de coisas concretas. É isso que vim cá falar.

Chamei atenção do Sr. Primeiro-Ministro, para não fazer comparações, porque se compararmos os números vamos ver que a sua performance é mais baixa. Por causa da Covid-19, sim. E o próprio Sr. Ministro das Finanças explicou, em relação à questão dos 3.1 do PIB em 2020. Entrada, maior fluxo de recurso. Isso é que se tem que dizer. E dizer que em 2021 isso não aconteceu e a economia desacelerou.

Por isso, eu venho cá mais uma vez, aliás eu queria dizer, inicialmente que, enquanto ex-Ministro das Finanças, não queria entrar nesses meandros. Deixaria o espaço para outros, para debaterem esta questão. Quando eu vim, era só para chamar atenção, para não fazer comparações, porque se nós formos ver os números e somá-los, taxa de inflação, taxa de crescimento, da última legislatura e desta, há diferença. É só isso.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Américo Ramos.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Gostaria de reconhecer o esforço do Ministro das Finanças em tentar responder à questão que eu coloquei, sobretudo no que se refere ao pagamento do que devem às pessoas que trabalharam no apuramento distrital e regional, bem como também as pessoas que deram formação aos membros de mesa.

Mas é só para dizer ao Sr. Ministro que voltaram a me enviar uma mensagem, que querem saber se vão ou não vão pagar. Isso precisa ser mais claro, porque nós estamos no mês de Dezembro, no final do mês e final do ano, querem saber se podem ou não esperar por esse valor ainda este mês. Porquê? É verdade que, lendo nas entrelinhas, aquilo que disse o Ministro das Finanças, quer dizer que há algum problema na Comissão Eleitoral, mas não somos nós que vamos aqui julgar as pessoas. Dizem mesmo que elas estão com a impressão de que há algum problema aí, mas não querem saber. O querem de facto saber é se vão ou não receber aquilo que têm direito.

Outra questão, Sr. Ministro das Finanças, são 36 meses. O senhor só está lá há alguns meses, mas são 36 meses que o funcionário público tem recebido salário no dia 7, dia 8, dia 9, dia 10. 36 meses. Notem bem! Assim sendo, Sr. Ministro das Finanças, quem é que paga o juro de mora aos bancos? São os funcionários. Logo, o senhor está a tornar as pessoas mais pobres. O seu Governo está a tornar as pessoas mais pobres. Por quê? Porque se as pessoas devem ao banco e têm compromisso com este de que deve descontar aquilo que devem no dia 30, por exemplo, e se a pessoa recebe no dia 8, 9, 10, a pessoa tem que pagar o juro de mora.

O Estado, através do Governo, que é a pessoa de bem que deve assumir esses encargos, poupando a vida das pessoas, vem outra vez dizer que não. Este Governo não recorre ao banco. E quem é que está a sofrer? Quem é que nós juramos defender e ajudar? Não é a população? Não são os funcionários? Se o senhor analisar bem a vida da população, piorou consideravelmente. Os professores, todos os meses, recebem, no mínimo, no dia 8, 9, 10 e têm que pagar o juro de mora ao banco.

Por isso é que nós, várias vezes, dizemos aqui que este povo já não aguenta mais.

Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, é o que andaram a dizer. Então, acho que pelo menos, no que resta da vossa governação, façam alguma coisa para que a população e os funcionários públicos possam receber o seu salário, pelo menos, até o dia 30, para poupar um pouco do que resta, porque são trinta e tal meses que as pessoas estão nesta situação.

O Sr. **Presidente**: — Temos quatro inscritos e combinamos fechar às 14 horas. Portanto, temos Deputados Carlos Pinheiro, Osvaldo Vaz, Danilson Cotú e o Ministro da Agricultura. Vamos dar 3 minutos a cada um, só para concluirmos, porque combinamos encerrar à 14. Pode ser?

Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Vaz.

O Sr. **Osvaldo Vaz** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, eu só tomo a palavra para reafirmar aquilo que disse.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a falar do desempenho de um governo de 3 anos. Este mapa que temos aqui só tem informação de 2018, não tem de 2017 e nem de 2016. E eu não posso tomar só informação de 2018 para comparar com os outros 3 anos da governação. O que eu disse e continuo a dizer é que eu pedi este mapa que está cá, para nós fazermos uma análise mais desapaixonada. Vamos comparar 3 anos de um governo com 3 anos do outro governo. Aí teremos melhor informação. Eu não estou a dizer que aqui não tem informações. Tem de 2018, 2019, 2020 e, claro, a estimativa de 2021 que ainda não fechou. Está aí, para nós termos uma luz clara é pôr tudo aqui e vermos, essas outras não estão cá. Simplesmente isso. Por essa razão é que eu também, como ex-Ministro das Finanças, vim à Assembleia mesmo para intervir, porque nós já conhecemos os orçamentos, conhecemos as realidades, e isso é para outras pessoas intervirem sobre orçamento.

É mais ou menos isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, depois de ler as Grandes Opções do Plano e também escutar alguns dos meus colegas de Bancada e alguns da Bancada da maioria, fica claro que o senhor não tem respostas para as promessas que fez aos são-tomenses. Não tem!

O senhor, na altura da campanha eleitoral, naquele momento de entusiasmo e de alegria, estava perante os eleitores, como é lógico, queria ser primeiro-ministro, fez algumas promessas, como aquela de baixar o preço da energia. Ainda hoje o senhor se lembra, não é? Até hoje o senhor não conseguiu cumprir essa promessa, Sr. Primeiro-Ministro. E isto revela falta de palavra, de credibilidade e de solução. Quando se promete, tem-se que cumprir! O senhor faltou com a palavra.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor deveria ter-se demitido das suas funções, por fraude eleitoral.

Aplausos do ADI.

O senhor prometeu e não cumpriu.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, esse julgamento será feito nas urnas, brevemente. Teremos as eleições no ano 2022 e naquele dia será o dia da liberdade dos são-tomenses. Vamos libertar o nosso povo deste Governo.

Murmúrios.

Seremos melhores, sim, sim! Vamos sair da escravatura em que estamos, porque este povo está a sofrer. Estamos a sofrer muito, porque o custo de vida aumentou. E os senhores sabem. Recebem o salário e o mesmo não pára. Vai logo a seguir. O Governo dá com uma mão e tira com as duas. Meus senhores, isso está complicado. E nós sabemos. Essa nova maioria sabe perfeitamente que a vida está difícil. Está! A estratégia do Governo falhou. E nós temos que criticar, para ver se o Governo muda. Nós não aguentamos! Está difícil!

Sr. Primeiro-Ministro, é com algum dos seus eixos que eu quero aqui também confrontá-lo. No primeiro eixo, 2.1, neutralidade e independência da Comunicação Social. Sr. Primeiro-Ministro, depois de o senhor fazer resumo dos seus 3 anos de mandato, parece-me que não houve contraditório. Não houve contraditório. O senhor falou à Nação, acabou e ponto final. Isto não é aprofundar o Estado de Direito Democrático. Não é neutralidade. Nós temos aqui nesta Casa Parlamentar três Grupos Parlamentares. E cada líder poderia pronunciar. O que é que a televisão está a fazer? Nós não ouvimos nada. A televisão deve fazer o seu trabalho, a rádio deve fazer seu trabalho. Deve haver programas de televisão a comentar a sua entrevista, o balanço dos seus 3 anos. É que tudo fica como que, se o Primeiro-Ministro falou, ninguém mais falou nada. Não! Estamos em democracia e tem que haver debates. A televisão deve ter programas para debater sobre a acção do Governo, em todos os níveis. Não pode ser!

Há necessidade, Sr. Primeiro-Ministro, de programas que estimulem o contraditório. E quem assiste à nossa televisão vê que não há contraditório em São Tomé e Príncipe, excepto essas sessões. Não há! Há necessidade de haver mais contributo e a formação de opinião pública. Há necessidade.

Nós precisamos de fortalecer também o Estado de Direito Democrático. É necessário programas que incluam todos os seguimentos da nossa sociedade. O aprofundamento do Estado de Direito Democrático não é só para os Deputados, não é só para os Srs. Ministros. Não, todos sem excepção.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, se calhar não é para si, mas também tem alguma responsabilidade nisto. É em relação à Reforma do Estado e Descentralização. Eu gostaria de saber, por que aqui no Programa não vem nada. Se calhar está ainda na cabeça do Ministro, e é por isso que eu peço essa informação, para saber. Temos aqui reforma da legislação concernente à responsabilização dos titulares dos cargos públicos e políticos, sistema judiciário, depois vem descentralização e, entre parenteses, autarquias locais, em seguida vem uma sigla RAP. Bem, isso já vem nas primeiras GOP, mas não há desenvolvimento em relação a esse tema, quanto à Região Autónoma do Príncipe. Fala-se de descentralização e vem lá RAP, Região Autónoma do Príncipe, mas depois não se ouve mais nada, porque é um processo que deve ser concluído. Então, Sr. Ministro da Descentralização, que tal o processo de descentralização das empresas públicas que estão na administração directa do Governo Central? Elas não serão transferidas para a

administração regional? O senhor tem alguma agenda para isto? Quando é que isto acontecerá? Porque temos que concluir o processo. Isso está na lei. A Lei 4/2010 diz exactamente como deve ser feito. E então, o senhor deve, pelo menos neste último ano, programar isso, ainda estamos a tempo, porque podemos encontrar cabimentação orçamental, para podermos descentralizar, pelo menos, duas empresas públicas: a ENAPORT e a EMAE. Por quê? Porque nós precisamos de impulsionar e economia regional. O Estado deve acompanhar todo esse processo e ajudar, assim como ajuda as empresas sede aqui na administração central. Se há dificuldades, na região também haverá. Se ajudam as empresas em São Tomé, também ajudam lá, porque nós precisamos de consolidar o processo autonómico da Região Autónoma do Príncipe.

Fico à espera da sua resposta, para perceber por que é que está aí Região Autónoma do Príncipe e nada mais, e quando é que podemos contar com a conclusão deste processo.

Desculpe, Sr. Presidente, um dos vencedores do Prémio Nobel do Memorial 2007 de Ciências Económicas, o seu nome é Roger Myerson, citando detalhes da descoberta da sua pesquisa publicada em Abril de 2021, afirma que «a descentralização é a força motriz para o desenvolvimento», e diz ainda nessa pesquisa que «os países de sucessos são aqueles que devolveram entre 20 a 30% dos seus orçamentos nacionais aos concelhos locais», portanto, às autarquias e à Região Autónoma do Príncipe, no nosso caso. Diz ainda que «a falta da descentralização é pior do que a falta da democracia. A falta de sistema de descentralização pode ser muito prejudicial para o desenvolvimento.» E a não conclusão desse processo está sendo prejudicial para a Região Autónoma do Príncipe, pelo que peço a sua indulgência para nós avançarmos com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do PCD/MMDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministro, povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Sr. Presidente, boa hora que peço para usar da palavra, porque desde manhã, quando começamos a sessão, que eu tenho estado a reflectir sobre o nosso trabalho aqui durante esta discussão do Orçamento. Por alguma sorte, eu tenho estado a acompanhar discussões, este é o sétimo Orçamento, ou seja, estou a referir da legislatura passada para cá, e uma coisa eu percebi: nós temos dificuldade em contribuir com propostas concretas. É verdade que exercitamos o nosso contraditório, é um direito que nos assiste enquanto Deputados, porque no fundo, no fundo, todos estamos focados na mesma linha. Era importante, sim, começarmos a perceber a diferença em termos de execução. Vamos ler os Orçamentos anteriores e os actuais, as Grandes Opções do Plano, vamos ver os números. Nós queremos fazer pelo País, acredito nisto, mas o caminho que cada um escolhe para executar o que propõe é que é onde reside a diferença.

Eu pedi a palavra neste sentido, porque acompanhei aqui debates que, no fundo, no fundo, no meu entender, pouco ajudam ao povo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, na materialização dos seus anseios. O que eu entendo, sim, é que nós devemos concentrar o nosso esforço neste Orçamento, como forma de ajudar o Governo a materializar este anseio, estas metas, porque ao materializar essas metas, automaticamente estamos a responder ou estamos a contribuir para o bem estar da nossa população.

Meus caros, eu estive a assinalar aqui alguns aspectos, não vou entrar em todos, porque sei que o tempo é bastante limitado. Ouvi deputados dizerem aqui que o povo está cansado, que o povo não aguenta mais. Nós dissemos isso em 2018. Ao dizermos isso em 2018, significa que naquela altura nós estávamos a perceber que a condição de vida da nossa população não estava nada boa. Quem era o executivo? Agora inverteram-se as posições. A oposição diz que a coisa não está boa, quer dizer que, na leitura da oposição, a nossa população tem uma situação de vida difícil. Então, o que fazer? É apelo ao trabalho, meus caros.

O que me deixa preocupado é que poucos de nós vem aqui ao púlpito fazer esse necessário apelo ao trabalho. Poucos de nós vem aqui ao púlpito fazer esse necessário e imprescindível apelo à união e à coesão, como forma determinante para tirar o País da situação em que está.

Alguns entendedores pensam de forma diferente em relação a mim, dizem que o País é um país rico. Vamos analisar aqui o conceito, porque um país rico que espera donativos de outros parceiros não é tão rico assim. Mas se o País não é rico, nós temos que maximizar o pouco que temos. É um imperativo!

Então, meus caros, o caminho eu acho que está definido. Nós temos é que concentrar o nosso esforço no caminho do bem, porque vir aqui só apontar o dedo ao Executivo, porque não fez isso, porque não fez aquilo, não fez aqueloutro, é uma opção que cada um tem. Mas tal como alguém já apelou aqui, creio eu que foi o Deputado Maiquel, e aliás eu fiquei zangado, porque o senhor me antecipou, para além de apontar o dedo, temos que apontar e contribuir para a melhoria de...

Este, Sr. Presidente, é um apelo que eu gostaria de deixar aqui a todos nós que estamos nesta augusta Assembleia, na função de deputados. Vamos contribuir, de forma positiva!

Eu recordo-me que fiz parte de um grupo que, na altura, entre aspas, teve que invadir o centro hospital, porque a coisa não estava nada bem. Então, parece que a coisa vinha tudo a mil e de repente quebrou. Meus caros, coerência! Coerência!

A situação do nosso país tem sido difícil ao longo dos tempos. O que temos que fazer é trabalhar de forma determinada para a melhoria da situação do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão colocada, quererá prestar algum esclarecimento?

Então, podia ficar o esclarecimento para amanhã, porque depois quando falar, poderá haver outras pessoas também que quererão inscrever-se.

Portanto, vamos encerrar e amanhã iniciaremos com o esclarecimento dos Srs. Ministros.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 25 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Anaydi dos Prazeres Ferreira

José da Graça **Diogo**